

Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quarta-feira, 31 de julho de 2024

EDIÇÃO 25.133

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50
1 8 1 0 1 9 3 2 1 6 6 0 2

Elysian assina contratos com a ANP para exploração de petróleo

% ECONOMIA **Empresa mineira vai investir em torno de R$ 400 milhões para extrair óleo em blocos terrestres no Brasil**

Os contratos de concessão junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) para a exploração dos 122 blocos terrestres arrematados pela Elysian Petroleum, em leilão realizado em dezembro de 2023, foram assinados no dia 18 de julho. Com sede em Belo Horizonte, a empresa investirá cerca de R$ 400 milhões para extrair petróleo em terra firme no Brasil. A estimativa é que a exploração da área comece dentro de 30 dias e que a primeira extração ocorra em março de 2025.

Dos 122 campos arrematados, 99 estão na bacia Potiguar, 13 na bacia de Sergipe-Alagoas e 10 na bacia do Espírito Santo. "O espaço é gigante e são cerca de 3,5 mil quilômetros quadrados. Neste momento, estamos desenvolvendo as tecnologias exploratórias que irão auxiliar na descoberta do petróleo. Também estou formando as equipes técnicas especializadas na área", afirma o presidente da Elysian Petroleum, Ernani Machado.

O uso de tecnologias será essencial no processo. A ideia é iniciar os estudos das bacias de forma simultânea. Machado, que também é presidente da JMM Tech, empresa de tecnologia, criou um centro de pesquisas na capital mineira. % PÁG. 3



A Elysian Petroleum arrematou 122 blocos terrestres para exploração de petróleo em leilão realizado pela ANP em dezembro de 2023 FOTO: NICK OXFORD / REUTERS

Grande Hotel de Uberaba será reaberto em 2025

% PÁG. 4

Demanda de empresas por crédito cresce 4,3%

% PÁG. 14

Crise na Venezuela intensificará migração

% PÁG. 7





O preço do gás natural veicular (GNV) vai aumentar 6,21% em Minas Gerais a partir de amanhã FOTO: DIVULGAÇÃO / GASMIG

Tarifas de gás natural serão reajustadas amanhã no Estado

O novo reajuste das tarifas da Gasmig entra em vigor amanhã. O preço do gás natural veicular (GNV) ficará 6,21% mais caro, enquanto o gás natural comprimido e liquefeito (GNC/GNL-01) terá aumento de 5,31% e o gás natural utilizado pelas indústrias vai subir 5,3%, em média. A revisão tarifária da Gasmig impacta diretamente o setor industrial, que consome mais de 90% do gás natural de Minas. % PÁG. 5

% EDITORIAL

Qualquer dona de casa sabe perfeitamente que não há como sustentar indefinidamente despesas maiores que recebimentos. Uma conta elementar que parece não ser percebida da mesma forma na esfera pública, onde o mais comum é o sentimento de que dinheiro, nessa espécie de mundo à parte, não tem dono. Este processo continuado e quase sempre explícito esbarra de tempos em tempos na constatação de que o caixa está vazio, tornando-se necessário de alguma forma controlar a gastança. Disciplina e ordenamento adequado deveriam ser entendidos como pressupostos elementares, nunca como recurso extremo, emergencial, como os acontecimentos mais recentes podem sugerir. % PÁG. 2

Minas Gerais registra superávit de 28.354 empregos em junho

Em junho, segundo o Caged, Minas Gerais registrou um saldo positivo de 28.354 empregos formais, o segundo maior do País, atrás de São Paulo, com 47,9 mil vagas. Todos os grandes grupos de atividade econômica do Estado apresentaram superávit, com destaque para a agropecuária (9,4 mil), seguida de serviços (8.144), comércio (4.280), indústria (3.275) e construção (3.203). % PÁG. 6



O saldo positivo na geração de postos de trabalho com carteira assinada em Minas foi o segundo maior do Brasil FOTO: MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

% ARTIGOS



O município de Campos Gerais lidera a produção de café do Sul de Minas e está na quarta posição no Estado FOTO: DIVULGAÇÃO / GERALDO AURELIANO

Rodada de Negócios mobiliza cafeicultura de Campos Gerais

Campos Gerais mantém a liderança na produção de café no Sul de Minas e ocupa o quarto lugar no Estado. A posição do município é atribuída aos investimentos em tecnologias e inovação, além das condições favoráveis de cultivo. Com 40 empresas expositoras e estimativa de 2 mil visitantes, a Coopercam realizará, nos dias 28 e 29 de agosto, a Rodada de Negócios 2024. % PÁG. 8

DÓLAR DIA 30

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,6170	R$ 5,6170
TURISMO	R$ 5,6680	R$ 5,8480
PTAX (BC)	R$ 5,6526	R$ 5,6532

EURO DIA 30

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,1093	R$ 6,1111

OURO DIA 30

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.410,76
BM&F (g)	R$ 433,81

TR dia 1º	0,0739%
POUPANÇA dia 1º	0,5743%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA

24/07	25/07	26/07	29/07	30/07
-0,13	-0,37	+1,22	-0,42	-0,64



OPINIÃO

Diversificação econômica de Belo Horizonte: agenda prioritária



Marcos Mandacaru
CEO TSX Invest e Professor Convidado da FDC

Belo Horizonte estagnou, demografica e economicamente, nas últimas décadas. A cidade que era a terceira mais populosa do Brasil caiu em menos de duas décadas para a sexta posição. No ranking de maiores PIBs, caiu da terceira para a quarta posição. Embora a Região Metropolitana de BH ocupe a terceira posição entre as maiores do País, e a sétima posição na América Latina, a capital de Minas perde protagonismo. A justificativa pode estar na queda da complexidade econômica, sobretudo nos últimos 15 anos.

Antes de explorar mais a situação de BH, vamos entender a dinâmica do crescimento econômico, que é preocupação permanente da humanidade. Promover crescimento é o grande objetivo dos países e regiões, já que a prosperidade "alimenta" o desenvolvimento socioeconômico.

Na década passada, "pesquisadores da Universidade de Harvard desenvolveram o conceito de complexidade econômica, visando explicar correlações e causalidades sobre o crescimento econômico. Para estes pesquisadores, a multiplicidade do conhecimento incorporado em pessoas, equipamentos e sistemas de gestão de um país, região ou cidade é que nutre sua complexidade econômica e que, portanto, bloqueia ou induz seu desenvolvimento econômico", Telmo Ghiorzi. Em síntese, o Índice de Complexidade Econômica é uma medida abrangente das capacidades produtivas de grandes sistemas econômicos, geralmente cidades, regiões ou países. Em particular, o ICE busca explicar o conhecimento acumulado em uma população e que se expressa nas atividades econômicas presentes em uma cidade, país ou região.

De acordo com o Cedeplar, da UFMG, "Complexidade Econômica é uma medida da quantidade de capacidade e know-how presente na produção de qualquer produto. Assim, no centro da dinâmica do desenvolvimento econômico, encontra-se o processo pelo qual os países (e regiões) acumulam conhecimento produtivo, na tentativa de deslocar sua estrutura produtiva para setores mais complexos, tornando-a mais diversificada. Portanto, a linha de pesquisa em Complexidade Econômica busca auxiliar a formalização de estratégias de crescimento, ao indicar quais são os setores promissores para o desenvolvimento da economia, levando em consideração a superação de lacunas de produtividade entre setores."

À luz deste conceito, voltemos o olhar para a capital mineira. De acordo com estudo produzido pela TSX Invest, Belo Horizonte caiu vertiginosamente no ranking das cidades de maior complexidade econômica do País – de 32ª em 2016 para 72ª em 2021. Isso significa que Belo Horizonte está produzindo menos riqueza, com sérias consequências para a sociedade, no que tange à capacidade de prover serviços de qualidade à população no futuro, tendo em vista que a prosperidade é o subsídio dos programas sociais, da saúde pública, da educação e da infraestrutura. Há um processo que se retroalimenta: uma cidade com bons serviços atrai investimentos que por sua vez promovem o desenvolvimento socioeconômico.

Tendo como propósito a diversificação econômica dos territórios e como missão a estruturação da gestão e da governança da atração de investimentos, a TSX Invest desenvolveu uma metodologia ancorada nas melhores práticas internacionais, adaptadas à realidade dos municípios e regiões do Brasil, para promover a prosperidade sustentável. Entendemos que a atração de investimentos é o caminho para precipitar o desenvolvimento socioeconômico, e que, com método, conseguimos contribuir efetivamente para a prosperidade de estados e municípios brasileiros. O RDD, produto de inteligência que auxilia candidatos a prefeito e vereador, é o preâmbulo da jornada de capacitação do território para diversificação econômica. %

Sem disciplina não há evolução



Roberto Vilela
Consultor empresarial e estrategista de negócios

A disciplina é o único segredo para a evolução profissional, ou de qualquer outro campo da vida, se o resultado que se espera depende apenas de si. Quando existe talento e ele é combinado com ação, o alcance do objetivo se torna uma realidade mais provável. Já o brilhantismo, sozinho, não é capaz de gerar resultados significativos.

É comum encontrar profissionais frustrados por não conseguirem progredir em suas carreiras, sem entenderem o porquê disso. Nesses casos é preciso analisar o que está faltando. É oportunidade? Mercado? Ou é resultado das próprias ações - ou da falta delas?

"É preciso entender que ninguém alcança bons resultados «do nada», sem nenhum esforço. Todo sucesso é fruto de um trabalho bem feito e de uma longa preparação"

O último caso só depende do próprio profissional e é por aí que é preciso começar a analisar. Algumas pessoas não dão atenção a tarefas básicas da rotina, como chegar no horário combinado, organizar os materiais do dia a dia, se preparar antes de apresentar um produto ou serviço a um cliente, dar retorno quando procurado, ou mesmo responder mensagens. Para esses profissionais, sem que haja uma mudança de comportamento, a chance de sucesso é mínima, pois seus projetos já nascem condenados ao fracasso.

É preciso entender que ninguém alcança bons resultados «do nada», sem nenhum esforço. Todo sucesso é fruto de um trabalho bem feito e de uma longa preparação. Quem está colhendo os frutos hoje, vem plantando há muito tempo e, certamente, ao longo do caminho enfrentou muitos tropeços que a ajudaram a desenvolver diversos atributos.

A falta de percepção de que os melhores resultados só são alcançados com disciplina, faz com que algumas pessoas desistam no meio do caminho, frustradas e sem entender o que faltou para elas que sobrou para outras. Sem perceber que essas outras tiveram organização e uma dose extra de esforço - que também pode ser chamado de fazer o básico bem feito, de maneira contínua.

No mundo dos negócios, onde se está vendendo a todo momento, seja um produto, serviço ou mesmo a própria imagem para tentar abrir portas, detalhes escondidos na rotina podem fazer toda a diferença na hora de fechar um negócio ou alcançar um novo cargo. %

EDITORIAL

Pressupostos elementares

Qualquer dona de casa sabe perfeitamente que não há como sustentar indefinidamente despesas maiores que recebimentos. Uma conta elementar que parece não ser percebida da mesma forma na esfera pública, onde o mais comum é o sentimento de que dinheiro, nessa espécie de mundo à parte, não tem dono. Este processo continuado e quase sempre explícito esbarra de tempos em tempos na constatação de que o caixa está vazio, tornando-se necessário de alguma forma controlar a gastança. Presentemente parece ser sentimento predominante em Brasília onde, depois de quase dois anos em que persistiu a ideia de que aumento de receitas poderia bastar para que fosse alcançado o prometido "déficit zero", contas estão finalmente sendo refeitas com o objetivo explícito de cortar despesas.

Também atentos ao senso comum, poderíamos relembrar que deve estar incluído nesse esforço buscar melhorias na qualidade dos gastos. Caso, entre outros exemplos, da conta dos ditos benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no valor de um salário mínimo e pago a pessoas com idade superior a 65 anos e renda familiar igual ou menor que um salário mínimo. Segundo fonte do governo, o gasto nesta conta somou R$ 44 bilhões no primeiro semestre do ano, com aumento de 19,8% em relação a igual período do ano anterior. A previsão para o ano é que o BPC consuma R$ 111 bilhões até dezembro, com o número de benefícios passando de 786.087 milhões em 2023 para 1.105 milhão no primeiro semestre do ano. Corre em Brasília informação de que fraudes nessa conta podem chegar a 30%, enquanto a própria Controladoria Geral da União (CGU) reconhece que a metodologia para pagamento apresenta "baixa efetividade e mostra-se pouco adequada às características do benefício e de seu público alvo".

O bastante para a administração federal anunciar que está sendo preparado o recadastramento dos beneficiários do programa, o que deve ser iniciado no próximo mês de setembro. Como foi dito acima, um exemplo entre outros que poderiam ser lembrados e não no entendimento de uma ação emergencial. Controles devidos e permanentes deveriam ser entendidos como mandatários, tanto no resguardo do interesse público quanto diante da constatação elementar de que controles mais adequados potencializariam o próprio benefício.

Eis porque caberia também lembrar que disciplina e ordenamento adequado deveriam ser entendidos como pressupostos elementares, nunca como recurso extremo, emergencial, como os acontecimentos mais recentes podem sugerir.. %

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL

Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)

assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte
nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À





diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Mineira vai investir R$ 400 mi em petróleo

ELYSIAN PETROLEUM **Estimativa é que a exploração comece em 30 dias e a primeira extração ocorra em março de 2025**

MICHELLE VALVERDE

A Elysian Petroleum assinou os contratos de concessão junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) para a exploração dos 122 blocos terrestres arrematados em leilão da autarquia federal em dezembro de 2023. A empresa mineira, com sede em Belo Horizonte, investirá cerca de R$ 400 milhões na exploração de petróleo em terra firme no Brasil. Com a assinatura, a estimativa é que a exploração da área comece em cerca de 30 dias e que a primeira extração ocorra em março de 2025.

Dos 122 campos arrematados, 99 estão na bacia Potiguar, 13 na bacia de Sergipe-Alagoas e 10 na bacia do Espírito Santo. Conforme o presidente da Elysian Petroleum, Ernani Machado, a assinatura ocorreu no dia 18 de julho e, agora, a empresa se prepara para iniciar a exploração dos blocos. "Assinamos os contratos de concessão dos 122 blocos. O espaço é gigante e são cerca de 3,5 mil quilômetros quadrados. Neste momento, estamos desenvolvendo as tecnologias exploratórias que irão auxiliar na descoberta do petróleo. Também estou formando as equipes técnicas especializadas na área", apontou ele.

A estimativa é iniciar a exploração da área em cerca de 30 dias. Para maior eficiência e assertividade, será essencial o uso de tecnologias. A ideia é iniciar os estudos das bacias de forma simultânea. Para isso, Machado, que também é presidente da JMM Tech, empresa de tecnologia, criou um centro de pesquisas em Belo Horizonte.

"O centro de pesquisa da JMM Tech é voltado para o desenvolvimento de tecnologias de petróleo e gás. São softwares, drones para análise de petróleo e gás e câmeras espectrais. Estes equipamentos da JMM serão utilizados na exploração dos campos e, quando aprovados, poderão ser vendidos também para outras empresas do setor", acrescentou.

Com a tecnologia da JMM, Machado pretende tornar a exploração das áreas mais eficientes e também ampliar a assertividade na localização do petróleo. Assim, a projeção é que a Elysian Petroleum inicie a extração em março de 2025. Inicialmente, a estimativa é produzir 2 mil barris por dia. "Nós vamos fazer a exploração agora e, para isso, estamos desenvolvendo as tecnologias para sermos mais assertivos. Utilizando tecnologias e metodologias diferentes, queremos causar o menor danos possível e sermos o mais sustentável possível. Queremos ter lucro, mas não um lucro a qualquer custo. Queremos fazer algo que seja sustentável do ponto de vista social e econômico também", pontuou o presidente da Elysian Petroleum.

"Os blocos arrematados pela Elysian Petroleum são maduros, ou seja, houve exploração por outras empresas e há grandes probabilidades de terem petróleo"

Blocos "maduros" - Os blocos arrematados pela Elysian Petroleum são maduros, ou seja, houve exploração por outras empresas e há grandes probabilidades de terem petróleo. Machado explica que o avanço tecnológico permitirá uma melhor exploração.

"Muitos poços feitos pelas empresas anteriores podem ser produtivos. Antes, quando o índice de água chegava a 20% em um poço, ele era abandonado. Mas hoje, com a tecnologia é possível extrair petróleo em poços com índice de água em 99,9%. Estamos desenvolvendo tecnologias também para filtragem dessa água para torná-la potável e poder reutilizá-la no processo de extração, gerando, então, economia de recursos financeiros e um menor uso dos recursos naturais", finalizou Machado.


Machado explica que o avanço tecnológico permitirá uma melhor exploração FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Dez empresas vão disputar 37,5 milhões de barris

Dez empresas estão habilitadas para disputar hoje, quarta-feira (31), na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, o leilão de venda de 37,5 milhões de barris de petróleo pertencentes à União. As companhias habilitadas são a Petrobras, Refinaria de Mataripe, CNOOC Petroleum Brasil, ExxomMobil Exploração Brasil, Equinor Brasil Energia, Galp Energia Brasil, PetroChina International Brazil Trading, Prio Comercializadora, Shell Trading Brasil e TotalEnergies EP Brasil.

Nessa segunda-feira (29), a empresa pública Pré-Sal Petróleo, ligada ao Ministério de Minas e Energia, definiu o limite mínimo de preço de cada lote desta primeira etapa do 4º leilão de petróleo que pertence à União. Os 37,5 milhões de barris de petróleo estão divididos em três lotes do campo de Mero e um lote do campo de Búzios. Mero é o terceiro maior campo de petróleo do Brasil em volume e, assim como o campo de Búzios, está localizado no pré-sal da Bacia de Santos.

A arrecadação com a venda pode chegar a R$ 15 bilhões. Os recursos que vão ingressar nas contas do Tesouro Nacional e podem seguir para o Fundo Social. O limite mínimo da primeira etapa para os lotes de Mero será igual ao valor do petróleo *Brent* menos US$ 4,40, enquanto que o limite mínimo da primeira etapa do lote de Búzios será igual ao valor do Brent menos US$ 4,25.

Na abertura do mercado internacional, nessa segunda-feira (29) o preço do barril *Brent* era cotado próximo a US$ 80. No dia do leilão, caso na abertura das propostas se constate que os preços estão muito próximos, a etapa seguinte do leilão será viva-voz, onde cada empresa habilitada pode oferecer um valor abaixo desse limite mínimo de preço estabelecido pela Pré-Sal Petróleo para sagrar-se vencedora.

Um barril comporta 159 litros de petróleo - após o refino, 40% do petróleo são transformados em óleo diesel e 18% em gasolina. O restante passa a ser lubrificantes, querosene de avião e asfalto. A denominação *Brent* para petróleo cru ou pesado foi assim estabelecida porque era extraído de uma base da Shell de mesmo nome nas Ilhas de Shetland, no extremo norte da Escócia, até 1995.

Regime de exploração - O Brasil possui três regimes para exploração e produção de petróleo e gás natural. O regime de concessão funciona da seguinte forma: todo o petróleo e gás produzidos em sua totalidade pertencem ao vencedor da concessão. Cabe ao Estado brasileiro fiscalizar e regular a atividade e sua remuneração vem do retorno da tributação do montante extraído e pela participação no bloco, se houver.

A cessão onerosa é um regime de contratação direta entre a União e a Petrobras. De acordo com a Lei nº 12.276/2010, foi permitido à Petrobras o direito de extrair até 5 bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal. Nesse regime de cessão onerosa foram outorgados à empresa os blocos de Búzios, Itapu, Sépia, Sul de Tupi, Sul e Norte de Berbigão e Sul e Norte de Sururu.

No regime de partilha de produção, o Estado participa sem investir ou correr risco da atividade exploratória e de produção. Quando ocorre um leilão de partilha, o bônus é fixo e a disputa ocorre pelo percentual de excedente de produção de petróleo e gás natural que a empresa participante do leilão oferecerá à União. E é justamente esse excedente que a União venderá na próxima quarta-feira na B3.

A partilha de produção começou a vigorar em 2013 e só foi adotada nas operações do polígono do pré-sal e em áreas estratégicas, e também por representar baixo risco exploratório e elevado potencial de produção.

Polígono do pré-sal - O polígono do pré-sal está a 300 quilômetros da costa da bacia de Santos, numa área equivalente a 149 mil quilômetros quadrados. Nessa área há grandes acumulações de óleo leve; os reservatórios estão com profundidade de até 7 mil metros, os poços possuem alta pressão e não há, no mundo, local como este, cujo potencial é para descobertas gigantes e supergigantes. **(ABr)**

CARREIRA EM FOCO



DAVID BRAGA

CEO, board advisor e headhunter da Prime Talent, empresa de busca e seleção de executivos, presente em 30 países e 50 escritórios pela AgiliumGroup; É Conselheiro de Administração e Professor pela Fundação Dom Cabral e Conselheiro da ABRH MG, ACMinas e ChildFund Brasil. Instagrams: @davidbraga | @prime.talent

Estabeleça relações transparentes

Cada vez mais percebemos que o mundo se assemelha a uma pequena ilha onde todos se conhecem; não é verdade? Nesse contexto, precisamos zelar por nossa imagem e, ao mesmo tempo, nossa credibilidade, uma vez que nossa reputação mostra quem somos. Isso é válido não apenas no âmbito profissional, mas também no pessoal.

Ao lado da reputação e da credibilidade, está a transparência, uma atitude cada vez mais requisitada dentro das organizações, seja por questões de compliance, seja por governança. Relações dúbias, tóxicas ou mesmo lideranças assediosas estão com os dias contados, pelo menos nas organizações mais estratégicas e humanizadas, nas quais elas e áreas de recursos humanos estão mais atentas.

E não se engane: não é apenas a alta gestão ou coordenações que precisam agir com transparência. Você, independentemente da posição hierárquica que ocupa, será avaliado quanto a isso. Como você é percebido por seus pares, liderados, líder ou mesmo familiares e colegas, mostra inclusive qual o seu valor no mercado.

Em nossas relações, sejam elas no âmbito profissional, sejam no pessoal, é necessário integridade e palavra. Prometeu algo? Cumpra. E se perceber que a entrega não será conforme prometida, ajuste as expectativas. É tão bom quando nos deparamos com pessoas em quem podemos confiar; não é verdade?

Ninguém é obrigado a gostar de ninguém dentro das empresas, mas isso não lhe dá o direito de tratar o outro com descaso, desrespeito ou falta de integridade; correto? Não precisamos concordar com o outro, mas sim aproveitar o momento para entender que para tudo na vida, sempre há diferentes perspectivas. Dessa forma, você aprende que gerenciar e mediar conflitos é a melhor forma de promover inovação. Sendo assim, tenha esta atitude em sua próxima discussão quando alguém apresentar uma ideia diferente da sua, ou até mesmo conflitante, e pratique a escuta ativa. Desta forma você terá a oportunidade de entender o racional de determinada opinião e, quem sabe, aumentar o seu próprio repertório de conhecimento. Com o tempo, aprendemos que nossas verdades nem sempre são tão absolutas assim.

Quando alguém não é transparente, pode ser difícil entender suas motivações, intenções e sentimentos. Isso pode levar a mal-entendidos e conflitos. Adotar a transparência como parte de sua essência traz mais leveza à sua vida, uma vez que as pessoas sabem exatamente o que esperar. É importante que você não confunda transparência com grosseria. Você pode e deve ser transparente, com cordialidade. É possível ser assertivo, mas com leveza. Direto, mas com empatia. A forma como tratamos as pessoas e como nos comunicamos deixa marcas, e isso é o que fica.

Aquisição e reforma do Grande Hotel podem demandar R$ 50 mi

UBERABA Negociação entre prefeitura e Rede Havana de Hotéis durou cerca de seis meses; Protocolo de Incentivo foi assinado na segunda-feira (29) e previsão de reabertura da unidade é janeiro de 2025

RODRIGO MOINHOS

O Grande Hotel de Uberaba vai receber um investimento total que poderá variar entre R$ 40 milhões e R$ 50 milhões, entre aquisição e reforma, estimados pela Rede Havana Hotéis, que pretende que a unidade esteja em funcionamento ainda em janeiro de 2025. A negociação para a aquisição levou cerca de seis meses e na segunda-feira (29) foi assinado o Protocolo de Incentivo com a Prefeitura Municipal de Uberaba, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação (Sedec).

Segundo o sócio-proprietário da Rede Havana Hotéis, Maike Mariano Barbosa, já era interesse da empresa investir mais em Uberaba, no Triângulo Mineiro, em função da demanda que a cidade tem com relação à hospedagem. "A rede já conta com seis hotéis no município, mas, por se tratar de uma cidade importante em Minas Gerais, com muitas empresas instaladas e novas entrando na região, aproveitamos a oportunidade, unindo o útil ao agradável ao comprar o Grande Hotel, reformar e entregar para a sociedade um patrimônio como este restaurado e em perfeito funcionamento", afirmou.

De acordo com Barbosa, o terreno é composto por dois hotéis, um de 1941 e outra torre que foi erguida em 1962, além de um teatro, localizado no centro de Uberaba. O imóvel foi o primeiro edifício erguido no Triângulo Mineiro. "O nosso objetivo é colocar o hotel para funcionar o quanto antes, mas para isso precisamos fazer uma reforma mais ampla nas unidades. Vamos começar as obras e estamos avaliando o que vai ser necessário para mantermos preservadas as características históricas do hotel", explicou.

> **"Esse investimento do Grande Hotel de Uberaba vai motivando outros empresários a também investirem no centro, pois queremos reativar essa área"**
>
> Rui Ramos

Atualmente, são 72 quartos em cada unidade e a expectativa nesta primeira etapa da reforma é revitalizar a estrutura interna e a fachada do empreendimento, contando também com a previsão de passar de 144 acomodações para 180 quartos até o fim das obras. "Na segunda etapa, estamos prevendo terminar a revitalização do Grande Hotel de Uberaba por inteiro, aproveitar ao máximo as estruturas existentes, trocar os carpetes por piso e deixar o empreendimento mais moderno", projetou o empresário.

Após a conclusão das obras, o empreendimento deverá gerar algo entre 50 e 60 postos de trabalho diretos e outros 10 indiretos. E a notícia foi comemorada pelo secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação (Sedec), Rui Ramos, ao destacar a importância da retomada no centro do município. "Esse investimento no Grande Hotel de Uberaba vai motivando outros empresários a também investir no centro, pois queremos reativar essa área que conta com uma história que merece ser preservada", destacou ele.



Prédio do Grande Hotel de Uberaba, que tem caracaterísticas históricas, foi o primeiro erguido no Triângulo Mineiro FOTO: DIVULGAÇÃO / GRANDE HOTEL DE UBERABA

Lei de Incentivo - Com relação à Lei de Incentivo, o secretário explicou que há um trâmite na prefeitura e, logo em seguida, na Câmara Municipal. "A lei abrange qualquer tipo de investimento, que pode contemplar a isenção de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). E agora estamos criando uma lei de incentivo específica para revitalização do centro. Procuramos motivar o empresário e Uberaba tem passado por um momento muito bom de crescimento", afirmou Ramos.

De acordo com ele, os bairros mais novos já contam com estruturas de vendas e negócios, o que se busca, então, é restaurar o centro e reativar o lado comercial da região. "Já conseguimos, por meio da iniciativa privada, restaurar o Palácio dos Bispos, que recebeu um empreendimento comercial ao lado. Por isso, acreditamos que a retomada do hotel vai ser um forte incentivo para outros empresários investirem na região", finalizou ele.

ZPE aguarda vistoria final da Receita Federal para alfandegamento

A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Uberaba está na contagem final para iniciar os trabalhos. As obras acabaram e a Prefeitura de Uberaba solicitou à Receita Federal que faça a vistoria final para que possa ser feito o alfandegamento da unidade. Na semana passada, a ZPE recebeu um representante do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) para vistoriar a estrutura da unidade.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação (Sedec), Rui Ramos, tanto o posicionamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) quanto o da Receita Federal são esperados nos próximos 60 dias. "Com isso, a Prefeitura Municipal de Uberaba aguarda o relatório para liberar o distrito industrial incentivado como um todo, começando a receber as empresas no local. Nessa primeira fase serão 62 lotes de cinco mil metros quadrados e o número de empresas dependerá da necessidade demandada por cada uma", explicou Ramos.



Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Uberaba está na contagem final para iniciar os trabalhos, segundo Sedec FOTO: DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DE UBERABA

Feita a vistoria, mesmo estando tudo em ordem, sempre existe um trâmite burocrático, considerou o secretário. "Tanto no Mdic quanto na Receita existem os procedimentos pelos quais uma ZPE precisa passar, mas esperamos, em breve, estar com a unidade de Uberaba alfandegada para darmos início ao recebimento das empresas no local. Ainda não podemos colocar as empresas no distrito industrial incentivado enquanto não tivermos o alfandegamento liberado pela Receita e nem o aval do ministério", afirmou.

Segundo Ramos, depois dessa última vistoria ocorrida semana anterior, já foram pedidos alguns documentos e esclarecimentos, mas "nada complicado", apenas procedimentos burocráticos. "O representante que esteve na ZPE de Uberaba faz o relatório, que depois vai para Uberlândia, passa por Belo Horizonte e, em seguida, vai para Brasília. Tanto o Mdic quanto a Receita seguem toda uma sequência, ainda mais nesses procedimentos finais para o funcionamento de uma Zona de Processamento de Exportação", considerou.

Segundo o secretário, as expectativas são boas para o funcionamento da ZPE de Uberaba e já existem algumas empresas da cidade que estão exportando e querem fazer parte da unidade, assim que o seu funcionamento seja autorizado tanto pelo ministério quanto pela Receita. "Alguns empresários já procuraram a Secretaria com a intenção de ter um espaço na ZPE de Uberaba, mas ainda temos que aguardar o capítulo final", destacou.

ZPEs - As Zonas de Processamento de Exportação são distritos industriais incentivados, onde as empresas neles localizadas operam com suspensão de tributos, liberdade cambial (podem manter no exterior, permanentemente, as divisas obtidas nas exportações) e procedimentos administrativos simplificados.

Para se criar a zona, normalmente, estado ou município interessados apresentam de forma conjunta ou isolada uma proposta para o Mdic. O projeto é apresentado ao Conselho para depois a criação, por decreto presidencial, que delimitará a área de ZPE.

As ZPEs são uma realidade no mundo jurídico brasileiro desde os anos 80, quando o então presidente José Sarney instituiu o Decreto-Lei 2.452/1988. No entanto, vários entraves jurídicos criaram dificuldades para que as Zonas de Processamento e Exportação tenham a sua efetiva atividade. **(RM)**

EIXO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Proposta do governo de MG é selecionada para PAC

A proposta de implantação de dois corredores de faixa exclusiva na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), nos municípios de Santa Luzia e Ribeirão das Neves, enviada pelo governo de Minas, foi uma das selecionadas pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal no eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes.

O projeto da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra) conta com investimento de R$ 125 milhões e tem como objetivo complementar a rede de transporte na RMBH, reduzindo o tempo de deslocamento das viagens, aumentando a eficiência operacional e aprimorando o serviço de transporte coletivo.

A iniciativa também visa contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e melhorar a qualidade de vida dos moradores da região. O anúncio foi feito pelo Governo Federal na última sexta-feira (26). "A aprovação deste projeto é um passo fundamental para avançarmos nas melhorias do transporte metropolitano. Nosso compromisso é transformar a mobilidade urbana e encontrar soluções eficazes para os desafios enfrentados pelos mineiros em seus deslocamentos diários," afirma o secretário-adjunto de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, Pedro Calixto.

Proposta - O projeto prevê a implantação de dois corredores de faixa exclusiva: um na LMG-806, ligando Ribeirão das Neves a Belo Horizonte, e outro na avenida Brasília, conectando Santa Luzia à capital mineira.

O corredor da LMG-806 ligará o Terminal Justinópolis, em Ribeirão das Neves, à região de Venda Nova, em Belo Horizonte. No local, ele será integrado ao BRT da avenida Cristiano Machado, um importante eixo entre as regiões Norte e Sul da Capital.

Na avenida Brasília, o corredor estará próximo ao Terminal São Benedito, que atende cerca de 22 mil passageiros por dia. A avenida é uma via fundamental de acesso à MG-010, onde existe uma faixa preferencial de dois quilômetros até o BRT da Avenida Pedro I. **(Agência Minas)**

Gás natural será reajustado em 1º de agosto

GASMIG Preço do metro cúbico do GNV terá aumento de 6,21% e o valor praticado para a indústria vai subir 5,3% em média

THYAGO HENRIQUE

No dia 1º de agosto entram em vigor as novas tarifas da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig). A partir desta data, o gás natural veicular (GNV) vendido pela estatal ficará 6,21% mais caro, enquanto o gás natural comprimido e liquefeito (GNC/GNL-01) subirá 5,31% e o gás natural comprado pelo segmento industrial também vai encarecer cerca de 5,3%, em média.

O reajuste tarifário consta em resolução publicada pelo governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), no último dia 25 de julho, no Diário Oficial do Estado. Em 2024, duas correções de valores já haviam sido realizadas, a primeira em fevereiro e a segunda em maio. Para novembro, está prevista a última revisão do ano.

Sendo assim, durante três meses, o GNV, utilizado especialmente entre profissionais de transporte, como taxistas e motoristas de aplicativo, vai custar R$ 3,1189 por metro cúbico (m^3), ao passo que o custo de aquisição do GNC/GNL será de R$ 2,7206 por m^3. Já o gás natural usado nas indústrias ficará, na média, em R$ 3,4025, de acordo com o consultor de Mercado de Energia da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Sérgio Pataca.

Ele afirma que o aumento da tarifa do gás natural foi expressivo, mas era algo esperado pelo setor industrial. Conforme Pataca explica, o preço do combustível gasoso é baseado no valor do petróleo, uma *commodity* cotada em dólar, e a moeda americana subiu significativamente nos últimos meses, o que trazia essa expectativa negativa de encarecimento do gás natural.

"Não foi uma surpresa para a indústria, porque já estamos sofrendo há alguns meses com os custos de matérias-primas internacionais e *commodities* devido a essa elevação do dólar nos últimos meses", pontuou. Segundo o consultor, desde o dia 1º de maio, quando o último reajuste da Gasmig entrou em vigor, a moeda americana valorizou aproximadamente 8,4% – o dólar à vista encerrou esta terça-feira (30) cotado a R$ 5,6197 na venda, em leve queda de 0,10%.


Gás natural veicular passará a custar R$ 3,118 por metro cúbico a partir desta quinta-feira (1º) FOTO: ARQUIVO / DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALISSON J SILVA

"Não foi uma surpresa para a indústria, porque já estamos sofrendo há alguns meses com os custos de matérias-primas internacionais e commodities devido a essa elevação do dólar"
Sérgio Pataca

Impactos - Pataca diz que o encarecimento das tarifas da Gasmig impacta diretamente o setor industrial, visto que as indústrias consomem mais de 90% do gás natural de todo o Estado. O consultor da Fiemg ressalta que a elevação resulta na alta do custo produtivo e, consequentemente, dos produtos industriais, refletindo também na inflação e no bolso do consumidor final.

Expectativa para os próximos meses - Quanto à próxima correção, daqui a três meses, a esperança do consultor é que, até lá, o dólar se estabilize e o preço do petróleo seja reduzido, possibilitando uma redução das tarifas da estatal.

Custo para o setor industrial - Trazendo uma esperança para o setor industrial, em março último, representantes da Gasmig, em reunião na Câmara de Energia, Petróleo e Gás da Fiemg, afirmaram que a expansão da malha de gasodutos no Estado pode possibilitar uma menor tarifa do gás natural para a categoria no futuro com a entrada de novos clientes. Somente com o projeto Gasoduto Centro-Oeste, com aporte de R$ 780 milhões da estatal, cerca de 40 grandes indústrias devem passar a usar o combustível.


Pataca explica que alta pode impactar o consumidor final FOTO: CRÉDITO DIVULGAÇÃO / FIEMG

INDÚSTRIA EXTRATIVA

Justiça autoriza mineração na Serra do Curral

DIONE AS

A Justiça Federal autorizou o retorno das operações da Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) na Serra do Curral, em Belo Horizonte. A decisão da 11ª Vara Federal Cível da Capital foi assinada na segunda-feira (29) pelo juiz substituto Robson de Magalhães Pereira e suspende a última interdição da mineração no local, que estava vigente desde o dia 20 de junho. Com a nova decisão, a mineradora poderá voltar a operar na região que é um dos principais cartões-postais da cidade.

A decisão atende a uma ação da própria Empabra, que solicitava a tutela antecipada de urgência para continuar com as implementações de medidas emergenciais acordadas entre a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam).

No processo, a mineradora argumentou que uma vistoria realizada no dia 6 de maio deste ano, na Mina Corumi, pelos servidores da Subsecretaria de Fiscalização (Sufis) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), não conseguiu avaliar se a retirada dos materiais para comercialização estava autorizada. O relatório gerado sugeriu que a ANM fosse consultada para a análise técnica da situação imediatamente.

Além disso, a empresa mencionou que, em 13 de maio deste ano, a SMMA enviou um ofício à Feam solicitando a interdição das atividades da mineradora, alegando que a operação de lavra, retirada de minério fino e transporte, estava sendo realizada sem o devido licenciamento ambiental e em desacordo com as tratativas legais vigentes.

A decisão da 11ª Vara Federal Cível reflete um momento crítico no debate sobre a mineração na capital mineira, com tensões entre as atividades empresariais e as exigências ambientais. A autorização para a continuidade das operações da Empabra está condicionada ao cumprimento das determinações legais e à fiscalização adequada pelos órgãos competentes.

Em posicionamento enviado ao Diário do Comércio, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informou que ainda não foi intimada da decisão e que, após análise, vai recorrer, pois entende que a empresa age em desconformidade com a autorização da ANM e sem a devida autorização municipal.

A Empabra também foi procurada pela reportagem para comentar a decisão e não retornou até o fechamento da matéria. A ANM e a Feam também foram procuradas pela reportagem, mas ainda não se posicionaram sobre o caso.

Indenização - Conforme o Diário do Comércio noticiou na segunda-feira (29), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) havia requerido indenização de R$ 100 milhões por danos ambientais, em Ação Civil Pública contra as empresas de Mineração Pau Branco (Empabra) e Taquaril de Terrenos e Construções (ETC), em função da exploração minerária predatória e ilegal na Mina Corumi, nas proximidades da Serra do Curral.

Além disso, o órgão também estava buscando a concessão de liminar para proibir qualquer atividade na Mina Granja Corumi e formas para proceder com seu fechamento definitivo, o que demandaria, ainda, a elaboração de um Plano de Fechamento de Mina.

Minas Gerais registra saldo positivo de empregos

MERCADO DE TRABALHO Foram criadas 162 mil vagas no primeiro semestre, segundo o Caged

MARCO AURÉLIO NEVES

O saldo de empregos formais em Minas Gerais continuou no azul em junho, conforme dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No sexto mês de 2024, foi registrado um superávit de 28.354 vagas com carteira assinada no Estado. Minas foi o segundo estado com maior saldo mensal de empregos no País, atrás apenas de São Paulo, com 47,9 mil novos postos de trabalho.

Os números do levantamento indicam uma retomada na geração de empregos no Estado. O saldo mineiro voltou a ficar acima do apurado no mês anterior e também ficou positivo, considerando todo o primeiro semestre de 2024, com 162 mil vagas.

Especialistas apontam o período de safras da agropecuária e a retomada da indústria como fatores que impulsionaram a geração de empregos em Minas Gerais.

Ainda de acordo com o Caged, nos últimos 12 meses, ou seja, de julho de 2023 a junho de 2024, Minas Gerais somou 156 mil vagas de emprego geradas. Assim, o Estado apresentou um estoque de 4,933 milhões de postos de trabalho, um aumento de 0,58% em relação ao estoque de maio, quando terminou o mês com 4,904 milhões de empregos com carteira assinada.

Todos os grandes grupos de atividade econômica do Caged registraram saldo de vagas de emprego positivo no sexto mês do ano em Minas Gerais. Destaque para a agropecuária, com 9,4 mil novos postos de trabalho. Em seguida, vêm serviços (8.144), comércio (4.280), indústria (3.275) e construção (3.203).

Nacional - No País, o saldo de empregos de junho deste ano foi de mais de 201,7 mil postos de trabalho. O resultado foi fruto de mais de 2,071 milhões de admissões e 1,869 milhão de desligamentos no mês. Além disso, o saldo ficou positivo em 26 das 27 unidades da federação. No primeiro semestre, foram criados 1,3 milhão de empregos no Brasil.

Os cinco grupamentos de atividades econômicas registraram saldos positivos de vagas em junho. O setor de serviços liderou a abertura de vagas, com 87.708 postos, seguido pelo comércio, com 33.412. Em último lugar, depois de indústria e agropecuária, ficou o setor de construção com 21.449 vagas.

O Rio Grande do Sul, afetado por enchentes sem precedentes em maio, foi o único estado a registrar um saldo negativo de postos em junho, de 8.569, uma baixa de 0,30% frente ao mês anterior.

Em maio, o País registrou o menor saldo mensal de criação de empregos, de 131.811. **(Com informações da Reuters)**

"A perspectiva dos trimestres anteriores (para o mercado de trabalho) está se concretizando; a indústria ainda está se recuperando timidamente aqui no Estado"

Izak Carlos Silva

Somente em junho foram criados 28,3 mil postos de trabalho em Minas Gerais FOTO: AMANDA PEROBELLI / REUTERS

Sazonalidade impulsiona resultado

A assessora técnica do Sistema Faemg/Senar, Ana Veloso, explica que o destaque da agropecuária no Caged acontece pela sazonalidade, com diversas safras no período. O grupo lidera a criação de empregos em Minas Gerais pelo segundo mês consecutivo. "Especificamente, no período de abril para frente, temos uma entrada bastante forte da produção agropecuária, por exemplo, de café, cana, citros e também algumas atividades de olericultura", disse.

O economista-chefe do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Izak Carlos Silva, aponta o setor como o diferencial na criação de vagas no Estado. Mas, para além da agropecuária e dos outros setores em destaque no Caged na criação de empregos, ele chama atenção para o desempenho da indústria.

"Já observamos uma retomada, ainda que parcial, da indústria, e isso tem puxado o nosso resultado para cima", disse. Em junho, o setor gerou 3,2 mil postos de trabalho no Estado, contra 2,1 mil em maio. "A perspectiva dos trimestres anteriores está se concretizando; a indústria ainda está se recuperando timidamente aqui no Estado", completa.

O economista explica que o fim dos cortes na taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central (BC) não deve desacelerar a geração de empregos em Minas Gerais inicialmente. A defasagem na política monetária faz com que as alterações na Selic levem até 12 meses para afetar a economia. "Vai impactar o mercado de trabalho, mas não agora. Vamos continuar vendo um efeito associado à redução da taxa básica de juros de forma defasada", analisa.

Referência para o crédito rural, a Selic influencia a produção do campo. Mas Ana Veloso comenta que há outros fatores considerados pela agropecuária para novos investimentos e consequente geração de empregos, como custos de produção e preço dos produtos agrícolas. "Tem muitas outras questões a serem consideradas pelo produtor, inclusive climáticas e de disponibilidade de mão de obra, para que ele invista ou não", finaliza. **(MAN)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

MINERAÇÃO IGARAPÉ LTDA
CNPJ 16.621.765/0001-89 - NIRE 3120054309-7
REUNIÃO DE DIRETORIA E ASSEMBLEIA DE SÓCIOS
CONVOCAÇÃO
Ficam os senhores quotistas da **MINERAÇÃO IGARAPÉ LTDA,** convocados para a Reunião de Diretoria e Assembleia de Sócios a realizar-se no dia 09 (nove) de agosto de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 11:00 (onze horas) em primeira convocação, e às 11:30 (onze horas e trinta minutos) em segunda convocação com qualquer número de quotistas, na sede da empresa na Rodovia MG – 10, KM 24,3 S/N, sala 21 prédio II, no Bairro Angicos em Vespasiano – MG, CEP 30.206-240, a fim de deliberar sobre o seguinte assunto: 1. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.
Vespasiano, 24 de Julho de 2024
Luiz Felipe de Campos Vieira
Representante Legal da Acionista Calcindo Participações e Engenharia S.A

Santander — FRAZÃO Leilões
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 23 de setembro de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 25 de setembro de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 1002000.131015016-5, firmado em 09/07/2010, com os **Fiduciantes** ESPÓLIO DE **RENATO DE MATOS SILVA** (conf. Av. 09), representado pela também fiduciante ALESSANDRA HAUCK JARDIM DE MATOS, maior, inscrita no CPF nº 956.900.506-87, no dia 23/09/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 267.162,68** (duzentos e sessenta e sete mil cento e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos), o imóvel matriculado sob nº **103.822 do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG,** constituído por "Fração ideal de 0,01248831 dos Lotes 06 (seis) a 09 (nove) e 14 (quatorze) a 19 (dezenove) do Quarteirão 15 (quinze) do Bairro Minas Brasil, com área de 3.617,50m², limites e confrontações pela CP-173-007-I, aprovada pelo Decreto Municipal 6385 de 13/11/1989 (terreno em desconformidade com CP-Portaria 511/54-Alvará Municipal 17044) que corresponde ao APARTAMENTO 101, localizado no 1º pavimento do BLOCO 02 do EDIFÍCIO SPAZIO ORIENT, situado na Rua Jacutinga, nº 909, com área real privativa total 57,06m², área de uso comum real total 16,59m² (sendo 10,35m² área garagem), área real total 73,6500m², área equivalente em área de custo padrão total 63,5827m², conforme quadros da 2ª Edição da NBR 12721, engenheiro responsável pelos cálculos Hudson Gonçalves Andrade, CREA nº MG-60262/D, ART. 1-51012645, arquivados nesta Serventia.". **Cadastro Municipal:** 801015.006.0228. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 25/09/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 140.000,00** (cento e quarenta mil reais), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.22377_SC_2841-01).

SINDICATO DOS TRABALHADORES ATIVOS E APOSENTADOS NAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E PANIFICAÇÃO - STIAMAP - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Ratificação - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES ATIVOS E APOSENTADOS NAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E PANIFICAÇÃO - STIAMAP,** inscrito no CNPJ nº 52.226.837/0001-57, com sede a Rua Assis Monteiro 173, Centro, Itapeva, Minas Gerais/MG, pelo presente instrumento, em cumprimento ao art. 3º, I, da Portaria/MTE nº 3472 de 04 de outubro de 2023, vem através da Subscritora, **MARTA VIANA DA CRUZ, CONVOCAR,** a categoria dos Trabalhadores Ativos e Aposentados, que exercem suas funções nas indústrias de massas alimentícias e biscoitos, panificação e confeitaria nos Municípios de Estiva, Extrema, Itapeva e Camanducaia no Estado de Minas Gerais, para **Assembleia Geral Extraordinária** de Ratificação da Fundação da Entidade, A SER REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2024, na Rua Assis Monteiro 173, Centro, Itapeva, Minas Gerais/MG, com início previsto em primeira convocação às 07h00 e em segunda e última convocação às 07h30, com qualquer número de participantes, para a seguinte deliberação da **Ordem do Dia: 1)** Ratificação da Fundação do SINDICATO DOS TRABALHADORES ATIVOS E APOSENTADOS NAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E PANIFICAÇÃO - STIAMAP, para representar a categoria Profissional dos Trabalhadores Ativos e Aposentados, que exercem suas funções nas indústrias de massas alimentícias e biscoitos, panificação e confeitaria nos Municípios de Estiva, Extrema, Itapeva e Camanducaia no Estado de Minas Gerais, com a redução da base territorial aprovada na assembleia de 26.07.2023, em cumprimento a unicidade sindical; **2)** Ratificação da Estatuto Social; **3)** Ratificação da Eleição e Posse da Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes; e **4)** Autorização à Diretoria requerer o Registro Sindical, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Itapeva, 30 de julho de 2024. **Marta Viana da Cruz -** Presidente.

GERDAU AÇOMINAS S.A.
CNPJ nº 17.227.422/0001-05 - NIRE 31300036677
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
1. Data, hora e local: 17/06/2024, às 16h30, realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams.* **2. Convocação e presença:** O Edital de Convocação foi publicado no jornal de Diário de Comércio, edição de Belo Horizonte, nos dias 08, 11 e 12 de junho de 2024, nas páginas 5; 7; e 6, respectivamente, e em seu site na *internet.* A Assembleia foi instalada com a presença de acionistas com mais de dois terços do capital social com direito a voto. **3. Mesa:** Presidente: Daniel Adriano Paulino; e Secretária: Beatriz Bueno Silva. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre a destituição e eleição de membro da Diretoria. **5. Deliberações:** Os acionistas com direito a voto, pela **totalidade** dos participantes, deliberaram: **5.1.** Aprovar a lavratura da ata em forma de sumário. **5.2.** Destituir o Sr. **Rubens Fernandes Pereira**, do cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia, com efeitos a partir desta data, agradecendo-o pelas importantes contribuições à Companhia. **5.3.** Aprovar a eleição do Sr. **Mauricio Metz**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 24.995.140-X SSP/SP, CPF nº 970.854.560-00, com endereço comercial na Av. Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 8º andar, conjunto 2, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05425-070, para o cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia, com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as contas do exercício de 2024. Em função das deliberações tomadas acima, a composição da Diretoria passa a ser conforme indicada no quadro abaixo.

Diretoria Executiva	
Membro	**Cargo**
Gustavo Werneck da Cunha	Diretor Presidente
Rafael Dorneles Japur	Diretor Vice-Presidente
Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig	Diretor Vice-Presidente
Maurício Metz	Diretor Vice-Presidente
Aldo Tapia Castillo	Diretor
Carlos Eduardo Vieira da Silva	Diretor
Cesar Obino da Rosa Peres	Diretor
Flávia Dias da Silva de Souza	Diretora
Wendel Gomes da Silva	Diretor

O termo de posse e a declaração de desimpedimento, assinados pelo Diretor Vice-Presidente eleito, ficarão arquivados na sede da Companhia. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada pela unanimidade dos participantes, será considerada assinada por todos os presentes. Ouro Branco, 17 de junho de 2024. Mesa: **Daniel Adriano Paulino -** Presidente da Mesa. **Beatriz Bueno Silva -** Secretária. Acionista Presente: **Gerdau S.A.** - Representada p.p. - Daniel Adriano Paulino. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o Registro sob nº 11869669 em 29/07/2024. Protocolo nº 243924089 de 25/06/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

Belo Horizonte, 29 de Julho 2024.
A Construtora **Ápia S.A** solicita o comparecimento do Senhor **Pedro Henrique de Almeida**, portador da CTPS digital, ao estabelecimento de seu empregador, situada a **Rua Osmário Soares, 15,** Bairro: **Dom Bosco, Belo Horizonte-MG**, no prazo de três dias para tratar de assuntos de seu interesse.

ipsemg
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
AVISO
Fica sem efeito a publicação realizada no Jornal "Diário do Comércio" do dia 27/07/2024, página 06, relativa à licitação Pregão Eletrônico nº 2012015.049/2024. Objeto: Contratação de serviço especializado para fracionamento e/ou transformação de medicamentos para assistência à saúde dos beneficiários do IPSEMG, atendidos no Hospital Governador Israel Pinheiro/IPSEMG, mediante fornecimento parcelado pelo período de 12 (doze) meses; cuja sessão de abertura então marcada para acontecer no dia 14/08/2024, às 09h00min. Belo Horizonte, 30 de julho de 2024. Marci Moratti Cardoso Anselmo – Gerente de Compras e Contratos do IPSEMG.

SML SERVIÇOS MECANIZADOS E DE LOCAÇÃO LTDA
CNPJ 25.309.055/0001-09 - NIRE 31202862475
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Na qualidade de sócia da SML SERVIÇOS MECANIZADOS E DE LOCAÇÃO LTDA ("Sociedade"), em cumprimento às disposições legais, convoco todos os seus respectivos sócios quotistas para participarem da Reunião de Sócios a se realizar no dia 09 de agosto de 2024, às 15:00 (quinze horas), na modalidade virtual, mediante link de acesso a ser disponibilizado, cuja ordem do dia é: Deliberar sobre: i. a alteração do Quadro Societário da Sociedade, mediante cessão da totalidade das quotas da sócia Thais França Leite; ii. o falecimento do antigo sócio administrador da Sociedade, Hudson França Leite; iii. a eleição de novo(a) administrador(a) da Sociedade; e iv. a reformulação do Contrato Social da Sociedade e promover a consolidação da nova redação. Observações Relevantes: Os sócios deverão portar documento de identidade com foto. Conforme prevê o Art. 1.074, §1º do Código Civil, o sócio poderá se fazer representar por outro sócio ou por um advogado, desde que com devida outorga de poderes. A participação e votação dos sócios ocorrerá exclusivamente mediante atuação remota, devendo cada sócio, interessado a participar da referida Reunião, solicitar no e-mail larissavieira@nankranemourao.com.br o link de acesso. Enviaremos no dia da Reunião de Sócios o material explicativo para acessar o sistema e contabilizar seu voto em cada uma das pautas. Ressalte-se, ademais, que a Reunião será gravada na sua integralidade. Atenciosamente, **Thais França Leite.**

COMARCA DE UBERABA/MINAS GERAIS – EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS. RÉGIA FERREIRA DE LIMA, MM. Juíza de Direito da **3ª Vara Cível desta cidade e Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais**, no exercício do cargo, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de número **5013149-74.2020.8.13.0701** (PJE), de AÇÃO DE EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL interposta por **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, contra **ANGRA SYSTEM & SERVICE LTDA ME** e outros, que se processam perante o Juízo e Secretaria da 3ª Vara Cível, CITA os executados **ANGRA SYSTEM & SERVICE LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 01.232.808/0001-67, e **MARCO AURÉLIO DA SILVA ROCHA JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, CPF nº 070.722.196-09, ambos com endereço nesta cidade e Comarca de Uberaba-MG, na Rua Segismundo Mendes nº 486, Centro, estando, ambos, atualmente, em lugar incerto e não sabido, para os termos da ação, em que resumidamente o exequente alega ser credor dos executados da importância de R$ 136.239,05 (cento e trinta e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e cinco centavos), representado pela cédula de crédito bancário nº 00334745300000005330 (Confissão e Renegociação de Dívida) vencível em 22/09/2016, sendo que os executados descumpriram suas obrigações, tornando-se inadimplentes, deixando de pagar as parcelas, a partir da parcela de nº 25, com vencimento em 22/10/2015, frustradas todas as tentativas de composição amigável, requerendo o exequente a citação da parte executada para pagar o débito atualizado até a data da propositura da ação, em 04/08/2020, no valor de R$ 233.895,30, mais custas, juros e correção e honorários advocatícios, no prazo de 03 (três) dias, cientificando-o de que, independente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução, por meio de embargos (art. 914 a 920 do NCPC), no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos do art. 231, inciso IV do NCPC. Caso queira efetuar o pagamento, foi fixada a verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor do principal, atualizado que, em caso de pagamento integral no prazo estipulado, será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC). Fiquem os executados cientificados de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá requerer seja admitido a pagar o restante, em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 916 do NCPC). Valor da causa: R$ 233.895,30. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aos 19 (dezenove) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
MINISTÉRIO DE **MINAS E ENERGIA** — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO PREGÃO
Nº 90010/2024
A Agência Nacional de Mineração divulga a abertura do Pregão nº 90010/2024 referente a contratação *de empresa especializada na prestação de serviços* de fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em galões de 20 litros, com fornecimento de garrafões em regime de comodato, para atender às demandas da Gerência Regional da ANM em Minas Gerais (GER-MG), na cidade de Belo Horizonte/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, disponibilizados nos endereços eletrônicos: **https://www.gov.br/anm/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos** e **http://www.gov.br/compras**,
Abertura prevista para 19/08/2024, às 10:00
Brasília 29 de julho de 2024
Josué Menezes Vieira
Pregoeiro

FRIGOBET FRIGORIFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA
CNPJ 19.397.579/0001-04
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Pela presente publicação e nos termos do artigo 1.152, § 3º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, **FRIGOBET FRIGORIFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.397.579/0001-04 e NIRE JUCEMG nº 31201554751 de 06/01/1984, com sede na Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, através de seu administrador **SILVIO DA SILVEIRA**, convoca todos os sócios para participar da Assembleia Geral da referida Sociedade, a realizar na sede social, localizada à Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, no dia 09 de Agosto de 2024, às 09h00, com a seguinte ordem do dia: 1 – Venda de Quotas; 2 - Saída e Admissão de Sócio na Sociedade; 3 – Outros assuntos porventura existentes. Caso no horário indicado não tenham comparecido o número legal de associados, a Assembleia ocorrerá às 09h30min, em segunda chamada, com o número de presentes.
Silvio da Silveira – Administrador.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
MGI- MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A CNPJ/MF nº 19.296.342/0001-29 NIRE 31300039927 - Ficam os senhores acionistas da MGI – Minas Gerais Participações S.A. convocados para a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a ser realizada na sede da Companhia na Rodovia Papa João Paulo II, 4001– Edifício Gerais – 4º andar, Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, às 14 horas do dia 9 de agosto de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Eleição de membros do Conselho de Administração.
Andresa Linhares de Oliveira Nunes
Vice-Presidente do Conselho de Administração.

SINDICATO DOS LEILOEIROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Extraordinária
SINDICATO DOS LEILOEIROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, convoca os Leiloeiros do Estado de Minas Gerais para sua Assembleia Geral Extraordinária, que realizar-se-á dia 27 de agosto de 2024, com a primeira convocação às 16:00h, com a presença da maioria, e segunda convocação às 16:30 com qualquer número de sindicalizados, na Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 1650, loja 42, Bairro Carmo, Belo Horizonte/MG, onde estarão em pauta os seguintes assuntos e deliberações:
1. Aprovação de contas referente ao período de 15/07/2021 à 27/08/2024. **2.** Eleição e posse da diretoria para o triênio 2024/2027. **3.** Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal para o triênio 2024/2027. **4.** Assuntos diversos. A apresentação das chapas que concorrerão à eleição para o próximo triênio deverá ser realizada mediante protocolo por escrito e relação nominal dos integrantes da mesma e sua qualificação, impreterivelmente até o dia 07 de agosto de 2024, no mesmo endereço acima, de segunda a sexta, no horário de 9:00 às 17:00 horas.
Belo Horizonte, 30 de julho de 2024.
Gustavo Costa Aguiar Oliveira - Presidente

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PINHEIRO - MG
EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo de 20 (vinte) dias.O Doutor HUGO SILVA OLIVEIRA, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Crime e Execuções Penais da Comarca de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais - FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante esta Secretaria Judicial da 2ª Vara, processa-se regularmente uma AÇÃO DE COBRANÇA Processo nº 0002145-14.2016.8.13.0363, que tem como Requerente VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 06.020.318/0001-10, com sede em São Paulo - SP, e como Requerido TRANSPORTADORA VEREDAS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 08.699.978/0001-03, com sede em local incerto e não sabido, vindo por meio deste CITAR o Requerido TRANSPORTADORA VEREDAS LTDA, para oferecer contestação, por meio de advogado, no prazo de 15 dias, sob pena de presunção de veracidade dos fatos afirmados na petição inicial. O presente Edital será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de João Pinheiro-MG, aos 22 de julho de 2024.

SINDICATO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DE CONTAGEM E IBIRITÉ – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – O Presidente do SINDICATO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DE CONTAGEM E IBIRITÉ, inscrito no CNPJ/MF sob o no. 01.985.938/0001-70, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto e a Legislação em vigor, convoca as empresas, micro empresas e seus similares, incluindo filiais, que atuam no segmento do comércio varejista, comércio atacadista e comércio armazenador do município de Contagem, excluídas apenas aquelas que operam preponderantemente no segmento de comércio atacadista de gêneros alimentícios e no segmento do comércio varejista de material de construção, tintas, ferragens e maquinismos, com abrangência territorial em Contagem/MG, quites com as obrigações sindicais patronais e em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 09 de Agosto 2024 (sexta-feira), às 09h00min, em primeira convocação e não havendo quórum suficiente no horário acima designado, a Assembleia será realizada em segunda convocação, às 09h30min na rua Manoel Teixeira de Camargos, nº 475, Bairro da Glória, Contagem MG, para deliberar sobre o seguinte assunto constante da ordem do dia: Discutir e submeter à aprovação da maioria as novas propostas para a Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 com o Sindicato laboral, SINTRACC, atinente ao município de Contagem. Contagem, 31 de Julho de 2024. Frank Sinatra dos Santos Chaves – Presidente.

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA
MINISTÉRIO DA **DEFESA** — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº: 90027/GAPLS/2024
OBJETO: Aquisição de gêneros de alimentícios do tipo hortifruti e condimentos.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 31 de julho de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 12 de agosto de 2024, às 09h, no site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
EDITAL E ESPECIFICAÇÕES: encontra-se no site: **https://www.gov.br/compras/pt-br**, e no endereço: Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N – Vila Asas, Lagoa Santa/MG.
Telefones: (31) 2112-9398.
LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Ordenadora de Despesas



Venezuela: crise não afetará Minas

AMÉRICA LATINA Especialistas consultados pelo Diário do Comércio apontam que cenário pós-eleições no pais vizinho não terá impactos na economia mineira

JULIANA SODRÉ

A situação da Venezuela após as eleições é bastante incerta e os desfechos estão longe de chegar ao fim. Com os resultados sendo contestados pela oposição quanto à vitória anunciada do atual presidente Nicolás Maduro, a instabilidade política na região não deve impactar a economia brasileira e nem a mineira na visão de especialistas ouvidos pelo Diário do Comércio, porém são unânimes em dizer que os fluxos migratórios devem aumentar.

O consultor de Negócios Internacionais da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Alexandre Brito, explica que é difícil avaliar em tão pouco tempo as consequências já que estamos há dois, três dias das eleições deles, mas avalia que o comércio mineiro e até brasileiro com o mercado venezuelano é muito pequeno para gerar impactos de grandes proporções. "O comércio floresce na estabilidade econômica e política. Sem ela, pode ser que haja impactos num segundo momento, mas é cedo para avaliar isso ainda em função do pequeno volume de negócio", diz.

Além disso, ele ressalta que as negociações de importação para países com grandes problemas econômicos ou instabilidade política como a Venezuela, são resguardadas. Brito explica que a comercialização neste casos só acontecem com pagamento antecipado. "Como há riscos de créditos mais sérios, não há financiamento de comércio exterior para estes países, então, o risco de impacto negativo é pequeno", explica.

"(...)pode ser que haja impactos num segundo momento, mas é cedo para avaliar isso ainda em função do pequeno volume de negócio."
Alexandre Brito

O professor da Fundação Dom Cabral, Paulo Vicente, também acredita em poucos impactos econômicos. "A economia da Venezuela já está tão fraca que as relações econômicas são quase insignificantes", afirmou. Ele avalia que se Maduro continuar no poder, a Venezuela continuará em decadência econômica e social, o que pode aumentar o fluxo de refugiados para o Brasil.

Agravamento - A questão migratória também foi citada pelo professor de Direito Internacional da Skema *Business School* Brasil, Dorival Guimarães. "Vinte e cinco por cento (25%) da população venezuelana já deixou o país e isso pode se agravar se o país se mantiver sob o comando de Maduro", avalia.

Guimarães acredita num impacto político maior que o econômico. "O Brasil está numa posição errônea, na minha visão e delicada. Não temos uma posição oficial da Venezuela ainda. Vários países se posicionaram contra o resultado divulgado até então. A oposição da Venezuela já disse que o Brasil não é um ator confiável nesta questão. E embora o Lula não tenha se manifestado ainda e o Itamaraty dizer que está aguardando informações mais definitivas, o Partido dos Trabalhadores (PT) se manifestou a favor", pontuou. Na visão dele, essa situação coloca o Brasil numa "posição indesejável que apoia uma ditadura e a continuidade de um governo por meio de uma eleição fraudulenta", avalia.



Reeleição de Nicolás Maduro é questionada pela oposição, que acusa fraude no processo eleitoral FOTO: SAMIR APONTE / REUTERS

Brasil deveria se alinhar com os países da OEA, afirma especialista

No cenário político, o professor do Ibmec, Adriano Cerqueira, avalia que o Brasil tome uma posição alinhada com a posição tomada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) de não reconhecer o resultado. Porém, também questiona a nota divulgada antes da posição oficial do governo brasileiro pela Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) reconhecendo o resultado. Na visão dele, uma atitude "catastrófica" que mostra que o governo "não está preparado para esse desafio que se apresentou".

Ele acredita que, em função desses cenários, os impactos possam chegar num segundo momento no sentido de aumentar a desconfiança em relação a investimentos estrangeiros na região. "Isso gera incerteza, e a situação econômica do Brasil já não está muito boa, com investimentos caindo, o real se desvalorizando em relação ao dólar e o aumento da desconfiança com relação à política monetária e econômica do País", avalia.

Avaliando o cenário de Minas Gerais, o professor entende que o Estado não é tão dependente da Venezuela e sofrerá os impactos que o Brasil, mas não deixa de pontuar a renegociação das dívidas de Minas com a União. "Se houver um agravamento da questão fiscal da União, o que acho pouco provável, poderia prejudicar as negociações da dívida de Minas com o Governo", analisou. **(JS)**

LAGOA DA PAMPULHA

Marília, Fuad e Zema discutem projeto de despoluição

itatiaia

O governador Romeu Zema (Novo), a prefeita de Contagem, Marília Campos (PT), e o prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), juntamente com representantes da Copasa, reuniram-se ontem no Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG) para discutir o processo de despoluição da bacia da Pampulha.

Eles concordaram em fechar um convênio, cuja minuta ainda será elaborada, para que os trabalhos de despoluição e coleta de esgoto na Pampulha sejam integrados. Embora ainda não tenha sido assinado e não existam prazos definidos, o acordo representa uma conjunção de forças coordenadas das ações de despoluição.

"O objetivo do convênio é integrar o governo do Estado, a Copasa e as prefeituras em um ambiente de discussão", disse Cláudio Terrão, conselheiro do TCE. "E desenvolver ações coordenadas para permitir que os recursos públicos sejam todos colocados num único local para serem gastos de forma mais racionalizada".

A bacia da Pampulha é composta por 44 córregos, sendo que 70% nascem em Contagem e 30% em Belo Horizonte, e por isso requer uma abordagem integrada e intermunicipal para resolver o problema histórico da despoluição da lagoa, localizada em BH.

Fuad Noman, prefeito de Belo Horizonte, demonstrou otimismo com a nova abordagem: "Pela primeira vez temos um conjunto de autoridades dispostos a trabalhar coordenadamente para resolver um problema grave para BH e região metropolitana", afirmou.

A prefeita de Contagem, Marília Campos, destacou a importância dessa integração: "Nunca foi dado um tratamento à Bacia da Pampulha, como um todo. As ações do passado foram fragmentadas, sem ligação com o Estado e entre prefeituras. O que se cria aqui é um instrumento de articulação das ações, para que a gente tenha mais eficácia e gaste menos para despoluir a lagoa".

O governador Romeu Zema não falou com a imprensa. Por meio de nota, a Copasa informou que participou da reunião em que o TCE-MG propôs um sistema de governança da Bacia da Pampulha e que desde 2002 investiu mais de R$ 725 milhões para garantir que 99% da população na região tenha a rede coletora à disposição.

"A Copasa entende que a gestão territorial da bacia hidrográfica, do uso do solo e do controle de poluentes pode ser potencializada se implementada em conjunto com aquelas ações que vem sendo executadas pela Companhia na Bacia da Lagoa da Pampulha, para universalização do sistema de esgotamento sanitário e melhoria da qualidade da água dos cursos de água", diz a estatal mineira.

Os próximos passos incluem as assinaturas do convênio, que ainda não tem data para ocorrer, e a elaboração de uma minuta do documento. Após as assinaturas, serão tomadas medidas executivas, "começando com um diagnóstico geral de como enfrentar o problema de forma coordenada", adiantou Cláudio Terrão.**(Jessica de Almeida e Luisa Marques/ Estagiária)**

CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores pretendem acelerar votações

itatiaia

A Câmara Municipal de Belo Horizonte vai acelerar a votação de projetos de lei em duas reuniões marcadas para os dias 6 e 13 de agosto que vão analisar 32 projetos de lei na casa. A decisão foi tomada após uma reunião entre líderes na segunda-feira (29).

A previsão é que 11 projetos sejam apreciados pelos vereadores no dia 06/08 e os outros 21 no dia 13/08.

Entre as propostas que serão analisadas está o projeto de lei 846/2024, que Institui o Selo Quebra-Cabeça, para identificar "sociedades empresárias que adotam medidas de inclusão profissional de pessoa autista ou de seus pais, cônjuge ou responsável legal".

De autoria do vereador Irlan Melo (Republicanos), a proposta mira a inclusão destas pessoas no mercado de trabalho.

"Foi um projeto de lei criado com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de ajudar a superar as barreiras que pessoas autistas, seus familiares e cônjuges enfrentam na sociedade atual. O propósito é promover uma inclusão satisfatória, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. É um assunto de extrema importância, e coloquei minha atenção com mais ênfase nesse tema porque meu filho tem transtorno do espectro autista e conheço bem as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que convivem e apoiam os portadores", afirmou à Itatiaia.

No dia 13, entre os projetos previstos na pauta está o PL 715/2023 que altera a nomenclatura de Guarda Civil Municipal para "Policia Municipal de Belo Horizonte". O autor do PL é o vereador Cleiton Xavier (MDB), que diz que a ideia é aumentar a sensação de segurança dos moradores da capital.

"Esse reconhecimento, com certeza, daria uma sensação maior de segurança no município e, com certeza, reduziria muito o índice de criminalidade que só aumenta na cidade", afirmou. **(Bruno Favarini)**



AGRONEGÓCIO

Campos Gerais lidera produção de café no Sul de Minas

CAFEICULTURA Aportes constantes em tecnologia e inovação aliados às condições favoráveis fazem município seguir como primeiro justamente na região que é a maior produtora do grão no Estado



Em Campos Gerais, cerca de 20% dos cafezais ficam em região montanhosa FOTO: GERALDO-AURELIANO / SAKEY COMUNICAÇÃO

Os investimentos constantes em tecnologias e inovação aliados às condições favoráveis para o desenvolvimento da cafeicultura permitem que Campos Gerais siga liderando a produção do grão na região Sul de Minas Gerais e ocupando a quarta posição entre os maiores produtores do Estado. Para auxiliar os produtores e contribuir para a disseminação das novidades e tecnologias, a Cooperativa de Café de Campos Gerais e Campo do Meio (Coopercam) promove, nos dias 28 e 29 de agosto, a Rodada de Negócios 2024.

Conforme o presidente da Coopercam, José Márcio Rocha, para o avanço competitivo da produção de café é preciso estar atento às novidades e oportunidades. Assim, todo ano, a cooperativa organiza uma rodada de negócios reunindo os principais fornecedores de insumos, tecnologias, máquinas e equipamentos voltados para a atividade. A feira será na sede da cooperativa em Campos Gerais. "A cooperativa está sempre pronta para auxiliar os cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio. Estamos caminhando para o final da colheita do café e início da próxima safra e, assim, é o momento ideal para que os cafeicultores invistam na aquisição dos produtos. Na Rodada de Negócios, conseguimos reunir fornecedores importantes, com preços e condições especiais", apontou.

A estimativa é receber cerca de 2 mil visitantes ao longo do evento, que contará com 40 empresas expositoras. "Além de investir, o evento é importante para que os cafeicultores conheçam as inovações e tecnologias desenvolvidas para a atividade. Ao realizar o evento, a Coopercam visa contribuir para o aumento da produtividade do cooperado e para que a safra tenha qualidade extraordinária", explicou Rocha.

Uso de tecnologia - Com os aportes por parte dos produtores, Campos Gerais se destaca na produção cafeeira de Minas Gerais. Conforme os dados da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), a cidade é a maior produtora do grão no Sul de Minas. Na safra 2022 (dado mais recente já fechado pelo governo), a cidade colheu 24,9 mil toneladas de café, o que corresponde a cerca de 416 mil sacas de 60 quilos do grão.

Em termos de produtividade, o rendimento dos cafezais de Campos Gerais é o segundo maior do Estado. Ao todo, foram 1.562 toneladas por hectares, atrás apenas de Monte Carmelo, que chegou a um rendimento de 1.735 toneladas por hectare. O volume também ficou acima da média estadual, que foi de 1.346 toneladas.

Em Campos Gerais, a cafeicultura ocupa em torno de 16 mil hectares e é a principal atividade econômica do município, sendo responsável por uma expressiva geração de empregos e renda. "Campos Gerais está com 27 mil habitantes e é muito bem localizada. É o município do café do Sul de Minas, isso traz uma pujança muito grande para a economia, que não é somente do café, mas tem o produto como o de maior importância. Nossa cafeicultura é 20% montanhosa. A maior parte da produção - 80% - se caracteriza pelo maior uso de tecnologia. O nosso clima e o solo favorecem a produção, apesar de sermos, assim como o Brasil, afetados pelas variações climáticas", acrescentou o presidente da Coopercam.

Quebra de safra - As condições climáticas afetaram a safra 2024 da região. A estimativa da Coopercam é receber cerca de 300 mil sacas de café na atual temporada ante as 320 mil de 2023. O café produzido é de alta qualidade, sendo vendido tanto no mercado interno como no externo. As exportações têm como destino os Estados Unidos e a Europa.

"Na nossa região, os produtores estimam muito pela qualidade, assim, temos bebidas ótimas. Este ano, em função do clima, perdemos no tamanho do grão, que está menor. Esperávamos uma safra mais robusta, mas estamos com uma pequena quebra", pontuou Rocha. %

"Este ano, em função do clima, perdemos no tamanho do grão, que está menor. Esperávamos uma safra mais robusta, mas estamos com uma pequena quebra"
José Márcio Rocha

POLÍTICA NACIONAL

Nova lei vai estimular produção de alimentos nas cidades

O aumento da produção de alimentos locais, a agilidade no transporte, a capacidade de geração de emprego e o fornecimento de itens alimentícios a famílias de baixa renda são alguns dos possíveis benefícios da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, cuja legislação foi sancionada na última sexta-feira (26) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

De acordo com especialistas no assunto, o potencial da nova política é grande, mas dependerá de incentivos públicos e da articulação entre os governos federal, estaduais e municipais para que seja concretizado. A Lei nº 14.935 define a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) como atividade agrícola e pecuária desenvolvida nas áreas urbanas e ao redor do perímetro das cidades.

Dentre os objetivos da AUP estão ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis; gerar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população urbana e periurbana; estimular o trabalho familiar, de cooperativas, de associações e de organizações da economia popular e solidária, dentre outros. A articulação com programas de abastecimento e de compras públicas destinadas a escolas, creches, hospitais e outros estabelecimentos públicos também está entre as finalidades da nova política.



Governo sancionou Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana na última sexta-feira (26) FOTO: TOMAZ SILVA / AGÊNCIA BRASIL

A diretora de Pesquisa do Instituto Escolhas, Jaqueline Ferreira, detalha o potencial estimado de crescimento do setor. "Estamos falando de uma agricultura que já acontece nas cidades, mas é invisibilizada. Todas as grandes metrópoles e capitais já possuem iniciativas do tipo. No entanto, como a agricultura como atividade econômica historicamente está associada ao meio rural, esses produtores não conseguem acessar políticas públicas pelo fato de muitos deles não serem reconhecidos como estabelecimentos agropecuários", disse. Segundo ela, entre as dificuldades estão o acesso ao crédito e a regularização dos empreendimentos pelos produtores.

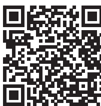
Diante da realidade de ausência de atenção nas últimas décadas, o setor apresenta grande capacidade de expansão. De acordo com pesquisas do Instituto Escolhas, se apenas 5% dos espaços mapeados como possíveis áreas de expansão da Agricultura Urbana fossem concretizados em três cidades brasileiras (Curitiba, Recife e Rio de Janeiro), por exemplo, cerca de 300 mil pessoas poderiam ser abastecidas, por ano, com os alimentos produzidos.

A diretora do instituto cita, entre os principais benefícios da legislação, a geração de emprego e renda, o aumento da segurança alimentar de áreas periféricas mais vulneráveis, a redução do desperdício de alimentos e do custo de produção, uma vez que o transporte de alimentos ocorrerá para localidades próximas.

"A política é uma iniciativa muito importante não só para incentivar a agricultura urbana e periurbana, mas também para dar visibilidade a essa gente que se dedica à produção de alimentos nas cidades e nem sequer é percebida pelos moradores, tampouco pelas prefeituras", observa o pesquisador Leonardo de Freitas Gonçalves, da PUC-RJ

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), desde a instituição do decreto, em 2023, R$ 7 milhões já foram investidos no apoio a iniciativas de produção de alimentos saudáveis nas cidades e no estímulo a hortas comunitárias em diversos estados.

Ainda segundo o MDA, a nova legislação incentiva a criação e o funcionamento de feiras livres e outras formas de comercialização direta, e linhas especiais de crédito deverão ser estabelecidas para os agricultores urbanos e periurbanos, "facilitando o acesso a recursos financeiros essenciais para o investimento na produção, processamento e comercialização". (**ABr**) %



TURISMO



Em Minas Gerais, o número de diárias comercializadas reduziu 4,17%, passando de 92,2 mil em junho de 2023 para 88,3 mil em junho deste ano FOTO: DIVULGAÇÃO / BLACK TÁXI AÉREO

Alta do dólar impacta segmento de viagens corporativas

ABRACORP Apesar do crescimento no faturamento de 5% no 1º semestre, resultado ficou aquém do esperado

JULIANA SODRÉ

A instabilidade da economia e a alta do dólar nos últimos meses interferiram negativamente no desempenho do setor de viagens corporativas em todo o País, de acordo com a Associação Brasileira das Agências de Viagens Corporativas (Abracorp), que realiza mensalmente pesquisa sobre o desempenho de 11 segmentos do setor. Em Minas Gerais, o número de diárias de hospedagem comercializadas com este objetivo no mês de junho reduziu 4,17%.

"O resultado do primeiro semestre poderia ser melhor, principalmente no setor aéreo", avalia Humberto Machado, diretor-executivo da Abracorp. O faturamento do setor de viagens corporativas alcançou R$ 6,863 bilhões no primeiro semestre deste ano, alta de 5% em relação ao mesmo período de 2023, ficando aquém do esperado que era de ao menos 10%.

> **"O combustível é o maior custo para a aviação e a querosene está atrelada ao dólar, impactando diretamente nossos resultados"**
> Humberto Machado

Em junho de 2024, o setor faturou R$ 1,14 bilhão, alta de 4,5% em comparação a R$ 1,09 bilhão em 2023 e de 35% ante os R$ 848 milhões em 2019, antes da pandemia. O comparativo com o ano de 2019 é considerado importante porque havia sido o maior desempenho do setor até a pandemia, de acordo com o diretor.

Em Minas Gerais, o número de diárias comercializadas reduziu 4,17%, passando de 92,2 mil em junho de 2023 para 88,3 mil em junho deste ano. Em termos de faturamento, houve alta, ao passar de R$ 23,6 milhões para R$ 24,8 milhões, explicado pela alta da tarifa média que passou de R$ 256 para R$ 281. Entretanto, a queda no desempenho de junho não afetou o segmento no primeiro semestre. Nos seis primeiros meses do ano, o número de diárias comercializadas foi maior, passando de 534 mil contra 512 mil no primeiro semestre do ano passado.

A locação de veículos faturou R$ 34,2 milhões no mês de junho em todo o País, comparado a R$ 30,7 milhões em junho de 2023, o que indica um movimento de alta nesse setor. Os estudos da Abracorp demonstram ainda que em junho a Localiza perdeu 5% de seu *share* em diárias, caindo de 74,6% para 66,7%. Já a Movida cresce 42%, movimento que vem se repetindo nos últimos três meses.

Viagens corporativas rodoviárias - O grande destaque do primeiro semestre, na avaliação do diretor-executivo , foi o serviço rodoviário, que faturou R$ 27 milhões, um forte aumento principalmente em relação a 2019, quando somou apenas R$ 4 milhões. Na opinião de Machado, o crescimento do rodoviário está diretamente atrelado à alta dos valores das passagens aéreas que faz com haja essa migração para o transporte rodoviário.

Em 2023, o faturamento já havia alcançado R$ 20 milhões. "Sem dúvida, esse foi um segmento que se modificou, assumiu um espaço importante no nosso setor diante do aumento dos preços das passagens aéreas", avalia Machado.

Já o setor aéreo faturou R$ 4,110 bilhões no primeiro semestre, uma queda em relação ao mesmo período do ano passado, quando somou R$ 4,127 bilhões. Em junho, o setor aéreo faturou R$ 675 milhões ante a R$ 672 milhões no mesmo mês do ano anterior. A Abracorp informa ainda que em voos nacionais, o setor aéreo, em junho, faturou R$ 447 milhões. "O combustível é o maior custo para a aviação e a querosene está atrelada ao dólar, impactando diretamente nossos resultados", avalia o diretor-executivo da Abracorp.

Ainda de acordo com os dados da Associação, houve uma consolidação de posições no primeiro semestre entre as companhias aéreas, seguindo uma tendência. Em faturamento, no mês, em trechos nacionais, a Latam aparece com 38% do *marketshare*, seguido pela Azul com 31,10% e Gol, com 31%.

JOGOS OLÍMPICOS

Minas Bar divulga cultura mineira em Paris



iniciativa realizada em parceria com o projeto Fartura Comidas do Brasil e Grupo Viela na Casa Brasil FOTO: DIVULGAÇÃO / GOVERNO MG

A culinária e as belezas naturais do Estado estão sendo apresentadas pelo governo de Minas em Paris, durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. A iniciativa realizada em parceria com o projeto Fartura Comidas do Brasil e Grupo Viela na Casa Brasil, é o Minas Bar, no Parc LaVillete.

Desde a abertura dos Jogos, o Minas Bar tem recebido atletas – uma das mais conhecidas até o momento foi a skatista Rayssa Leal, medalha de bronze nos Jogos -, além de público local e turistas que têm a oportunidade de conhecer e vivenciar sabores da cultura e culinária mineiras em um espaço único.

A iniciativa funciona como vitrine mundial para um dos maiores atrativos de Minas Gerais, a elogiada culinária mineira, rica em produtos típicos e em receitas que atraem visitantes e admiradores de todos os cantos do globo.

"Minas Gerais ainda é um ilustre desconhecido. Quando os turistas estrangeiros pensam no Brasil, a primeira coisa que vem à mente é o Rio de Janeiro, o cartão postal mais conhecido no nosso País", destaca a secretária adjunta de Comunicação Social (Secom), Bárbara Botega, explicando a importância de o governo investir em ações para divulgar e colocar Minas Gerais na rota internacional de turistas e grandes eventos.

Localização - O Parc laVillete, ponto turístico da capital francesa, funciona como um grande e verdadeiro *hub* turístico, pensado para a promoção da cultura e da integração entre diversos países."Além do Minas Bar, que é a promoção da cozinha mineira, mostrando a forma como recebemos as pessoas em Minas,- temos outra ação voltada ao turismo, o espaço Pedale por Minas", destaca.

Bárbara Botega explica que, nesta iniciativa, as pessoas "pedalam" dentro da atmosfera olímpica, esportiva, e vão conhecendo as paisagens e as cidades de Minas Gerais em telões que projetam uma imersão no Destino Minas Gerais."Estamos valorizando as nossas belezas naturais e a nossa gastronomia, dando uma experiência mais completa do destino Minas Gerais, porque hoje é experiência que as pessoas buscam quando vão viajar", enfatiza.**(Com informações da Agência Minas)**

CAPITALISMO CONSCIENTE

EDUARDO GOMES

Conselheiro da filial regional do Capitalismo Consciente em BH, conselheiro de Administração certificado pelo IBGC e pela FDC, mentor de startups e de líderes

O papel da inovação no Capitalismo Consciente

A inovação desempenha um papel fundamental no avanço dos quatro pilares do capitalismo consciente: Propósito Maior, Orientação para Stakeholders, Liderança Consciente e Cultura Consciente. Ela impulsiona o progresso e garante que as empresas possam criar valor de maneira sustentável e ética.

Propósito maior: A inovação permite que as empresas persigam objetivos além do lucro. Ao desenvolver novos produtos, serviços e modelos de negócios, as empresas podem enfrentar desafios sociais e atender às necessidades de mercados carentes. (https://epocanegocios.globo.com/empresas/noticia/2023/11/como-a-natura-busca-na-inovacao-aberta-solucoes-para-reduzir-seu-impacto-ambiental.ghtml). Esse alinhamento com um propósito maior pode inspirar funcionários e clientes, fomentando lealdade e engajamento.

Orientação para stakeholders: A inovação ajuda as empresas a criar valor para todos os stakeholders, incluindo clientes, funcionários, fornecedores, comunidades e o meio ambiente. Tecnologias como análise de dados e IA melhoram as experiências dos clientes, aumentam a eficiência da cadeia de suprimentos e reduzem os impactos ambientais. Ao utilizar materiais sustentáveis e processos energeticamente eficientes, as empresas podem minimizar sua pegada ecológica, beneficiando tanto o meio ambiente quanto a comunidade (https://sejarelevante.fdc.org.br/orientacao-para-stakeholders-e-mais-lucrativa/).

Liderança consciente: A liderança inovadora abraça a mudança e promove uma cultura que incentiva a criatividade e a colaboração. Líderes conscientes usam a inovação para resolver problemas e criar novas oportunidades que estejam alinhadas com os valores e a missão de sua empresa (https://forbes.com.br/forbes-money/2024/03/as-10-empresas-mais-inovadoras-do-brasil-em-2023as-10-empresas-mais-inovadoras-do-brasil-2/). Líderes que priorizam a inovação podem cultivar uma organização de aprendizado onde a melhoria contínua e a adaptação são normas, ajudando a empresa a permanecer relevante e resiliente.

Cultura consciente: A inovação no local de trabalho pode levar a uma cultura mais inclusiva e capacitadora. Implementar novas ferramentas e práticas que aprimoram a comunicação, a colaboração e o bem-estar dos funcionários cria um ambiente de trabalho mais solidário e dinâmico (https://ebdicorp.com.br/cultura-organizacional-inovadora-invista-nas-habilidades-e-competencias-de-seus-colaboradores/). Empresas como Apple, Natura e 3M têm usado práticas inovadoras no local de trabalho para promover uma cultura de abertura e criatividade, impulsionando ainda mais a inovação e o engajamento entre os funcionários.

A inovação é, assim, integral à prática do capitalismo consciente, fornecendo os meios para alcançar um crescimento sustentável, atender às necessidades em evolução dos stakeholders e cumprir o propósito maior que impulsiona as empresas conscientes. Através de estratégias e práticas inovadoras, as empresas podem construir negócios mais fortes, resilientes e eticamente fundamentados que contribuem positivamente para a sociedade. %

Gestão da inadimplência é desafio para executivos

% CONCESSÃO DE CRÉDITO Outra dificuldade destacada pela pesquisa é de fazer análises assertivas; alternativa pode ser o uso da Inteligência Artificial

O levantamento IA e o futuro da concessão de crédito, realizado pela Cinnecta, empresa especializada em Inteligência Artificial (IA) para entendimento do comportamento do cliente, apontou que 26,4% dos executivos entrevistados veem a gestão da inadimplência como um dos maiores desafios da concessão de crédito no Brasil, seguida da falta de histórico bancário, com 23,5%, e da dificuldade de realizar análises assertivas, 17,7%.

Os executivos também citaram como desafios a falta de compreensão do comportamento do cliente, as fraudes e a alta competitividade entre instituições financeiras. Participaram do levantamento 38 lideranças das áreas de crédito, risco e cobrança das principais empresas do mercado financeiro e do varejo de serviços financeiros do Brasil.

Diante desses desafios, a Inteligência Artificial (IA) tem sido aplicada para reduzir a inadimplência e aumentar a originação de crédito. Ela tem se mostrado eficaz especialmente em casos de clientes que enfrentam dificuldades tradicionais de acesso ao crédito, por conta da falta de histórico financeiro. A IA tem trazido uma alternativa aos métodos tradicionais de análise de crédito, ampliando as oportunidades de inclusão financeira. Os algoritmos já podem realizar uma análise minuciosa do perfil do cliente, para verificar as chances de inadimplência, com base em inúmeros atributos, como comportamento, histórico de pagamentos, interações com outros produtos da empresa ou variáveis alternativas no perfil de risco.

“Em um cenário ideal, a concessão de crédito seria simples: perfis impecáveis receberiam aprovação imediata”
Ricardo Ferreira

“Em um cenário ideal, a concessão de crédito seria simples: perfis impecáveis receberiam aprovação imediata, enquanto perfis conflituosos seriam automaticamente negados. Porém, a maioria dos solicitantes está em uma ‘faixa cinzenta’, mesclando pontos positivos e negativos. Para os cientistas de dados, o principal desafio na construção de modelos está em selecionar as variáveis mais relevantes que compõem o perfil financeiro das pessoas, avaliando os riscos com mais precisão”, lembra o COO da Cinnecta, Ricardo Ferreira.

Para Ferreira, a Inteligência Artificial amplia oportunidades especialmente para os perfis com baixo histórico bancário ou histórico inexistente (*thin file*), pessoas jovens, pessoas que já tiveram restrições de crédito resolvidas e pessoas com baixa renda. Para esses indivíduos, a IA pode incorporar informações alternativas e não tradicionais na análise de crédito, permitindo a avaliação da capacidade de pagamento e do perfil de risco de forma mais precisa. Além disso, passam a receber recomendações personalizadas para produtos financeiros mais adequados.

O estudo da empresa também apontou que, atualmente, as ferramentas mais utilizadas pelas lideranças na hora de conceder crédito são: análise de dados e modelagem interna 39,4%; bureaus de crédito, dados públicos e de engajamento interno, 36,8%; sistemas e plataformas integradas, 7,9%; e demais dados de análise, 15,9%.

O COO da Cinnecta lembrou que “o setor financeiro está cada vez mais focado em adotar tecnologias para melhorar essa análise e proporcionar experiências mais personalizadas. Mais de 57,9% dos executivos de crédito que responderam ao estudo veem o investimento em tecnologia como assunto de alta prioridade. Outros 39,5% como prioridade média e apenas 2,6% dos executivos entrevistados não consideram o assunto prioridade no momento.” %



O uso do IA tem se mostrado eficaz em várias situações, entre elas, quando falta de histórico financeiro FOTO: REPRODUÇÃO / FREEPIK

% GESTÃO DIGITAL

Tecnologia otimiza processos industriais

A gestão digital de plantas industriais pode otimizar o *backlog* de manutenção, segundo o especialista em inovação Túlio Cerviño. O termo *“backlog”*, aplicado na indústria, refere-se a uma lista de tarefas e projetos que foram programados, mas que ainda não foram concluídos em um determinado processo, sendo utilizado para acompanhar e estabelecer prioridades no trabalho a ser realizado.

Cerviño, que também é fundador e CEO da *startup* Trackfy — fornecedora de produtos e serviços tecnológicos para a gestão de unidades fabris e canteiros de obras — explica que há uma correlação direta entre a diminuição da lista de *backlogs* de manutenção e de acidentes ou quebras de máquinascom a gestão digital.

Ele ressalta que a incorporação da tecnologia à gestão se faz ainda mais importante diante de um problema que tem se tornado crônico na indústria brasileira: a falta de mão de obra especializada. Essa escassez impacta na realização de atividades de manutenção programadas para uma planta industrial. “E isso gera uma lista de *backlog* de manutenções cada vez maior para as indústrias”, diz.



Para diminuir a lista de *backlogs* e de acidentes ou quebras de máquinas, a tecnologia se torna essencial nesse processo FOTO: ADOBESTOCK

O especialista explica que em uma indústria com áreas por onde circulam produtos químicos, o sistema da Trackfy mitiga riscos de acidentes e até mortes devido à exposição a essas áreas perigosas. Isso porque a solução fornece controle e informações para que apenas equipes especializadas permaneçam no local, pelo período exato necessário ao cumprimento de sua tarefa.

“O sistema consegue gerenciar a entrada de pessoas e tempo de presença, além de enviar alertas à equipe de segurança, em casos de necessidade de atuação”, observa. Além disso, no caso de uma evacuação de emergência em uma planta industrial, a solução tecnológica viabiliza agilidade e menor tempo para esvaziamento total da área. A redução pode chegar a 30%, pois o sistema inclui um microdispositivo de monitoramento, acoplado ao capacete e ao crachá dos operários.

Fundada em 2020, em Salvador, a *startup* expandiu sua presença para São Paulo e Minas Gerais. A empresa atua fornecendo seu sistema para indústrias de polos industriais como o do Vale do Aço, no Estado, além de Camaçari (BA), Cubatão (SP) e Mauá (SP). Entre 2021 e 2023, a empresa dobrou o seu faturamento anual. E objetivo é seguir nesse ritmo de crescimento. %

Bernoulli inaugura nova unidade em Belo Horizonte

PRÉDIO HISTÓRICO **Construção de arquitetura neoclássica foi projetada em 1950 e já abrigou duas outras instituições de ensino, como o Colégio Pitágoras e a congregação Sacre Coeur de Jesus**

LEONARDO MORAIS

O Colégio Bernoulli inaugurou ontem uma nova unidade em um prédio histórico de Belo Horizonte. Localizado na avenida Prudente de Morais, no bairro Cidade Jardim, região Centro-Sul da Capital, o espaço contará com mais de 50 salas e terá capacidade para atender até 2 mil alunos.

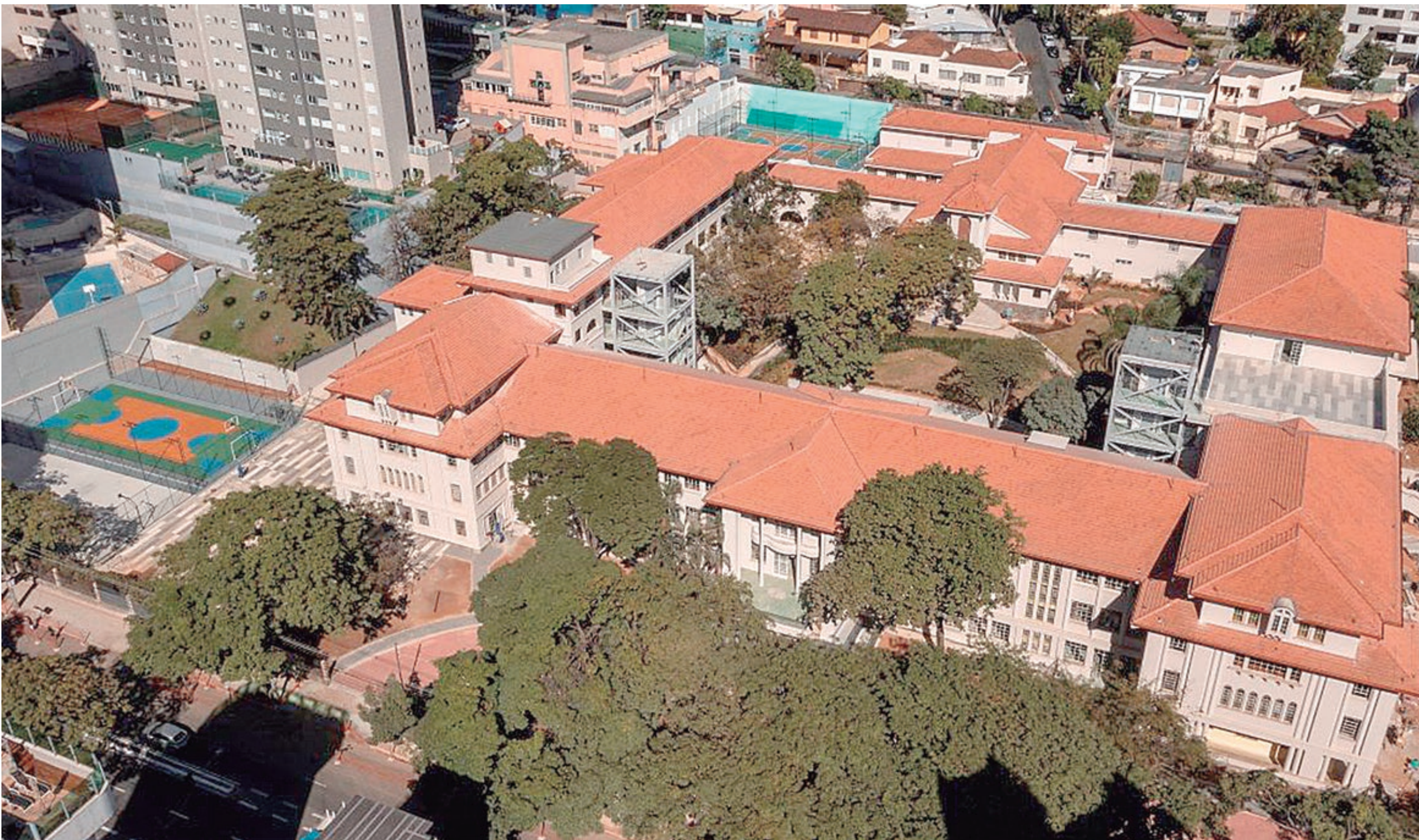
Segundo informações do colégio, inicialmente a unidade vai receber estudantes do 6º ano do ensino fundamental à 1ª série do ensino médio. A partir de 2025, também serão ofertadas vagas para alunos do 4º e do 5º ano do fundamental e, para os demais segmentos, as datas ainda serão definidas.

Com o objetivo de unir tradição e modernidade, o edifício – que foi tombado há dois anos pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural Municipal de Belo Horizonte – foi restaurado seguindo as diretrizes estabelecidas para prédios históricos. O objetivo, segundo o Bernoulli Educação, é oferecer uma estrutura segura e que valorize o convívio e a qualidade no ensino.

Em relação à infraestrutura, a instituição destaca que o espaço, com mais de 18 mil metros quadrados, contará com salas de aula projetadas com acústica e iluminação ideais, amplas áreas verdes e pátios de convivência e integração.

Além disso, a nova unidade do Bernoulli em Belo Horizonte contará com duas bibliotecas, laboratórios, auditório multifuncional, salas especializadas para aulas de artes, *maker* e música, três quadras de esportes, cozinha e horta pedagógica.

Para os próximos meses, conforme informações da instituição estão previstas outras instalações, como espaços de convivência, pátios, quadras cobertas e estacionamentos.



Espaço contará com mais de 50 salas e terá capacidade para atender até 2 mil alunos FOTO: DIVULGAÇÃO / BERNOULLI=

"Estamos entusiasmados em oferecer mais um ambiente educacional inspirador aos nossos alunos, onde cada área é projetada para nutrir o crescimento acadêmico, social e pessoal", diz o diretor executivo das unidades escolares do Bernoulli Educação, Marcos Raggazzi.

Prédio já abrigou duas outras escolas - Segundo o dossiê de tombamento do imóvel, o prédio de arquitetura neoclássica foi projetado em 1950 para abrigar a escola de congregação Sacre Coeur de Jesus, voltado somente para alunas e com um andar dedicado ao noviciado. O projeto é de autoria do arquiteto e engenheiro Vicente Buffalo.

A partir da década de 1970, o Colégio Pitágoras se firmou no local preservando a fachada e realizando algumas modificações estruturais para ampliar os espaços destinados às salas de aula. Alguns anos depois o colégio, que já contava com ensino fundamental e médio, passou a receber também alunos do ensino superior até dezembro de 2021 quando encerrou as atividades.

Para esta nova fase, o Bernoulli Educação destaca que foram resgatadas características da estrutura original do prédio como a revitalização de pisos, além da recuperação de mais de 700 janelas, do telhado, dos guarda-corpos e das escadas.

"Bernoulli Educação destaca que foram resgatadas características da estrutura original do prédio como a revitalização de pisos"

VAREJO

Supermercado Leão da Serra amplia presença na Capital

LEONARDO LEÃO

O Supermercado Leão da Serra inaugurou, recentemente, a segunda loja da rede em Belo Horizonte, no bairro Itaipu, região do Barreiro. O lançamento faz parte do plano de expansão da empresa, que prevê, ainda, mais duas operações na mesma região nos próximos meses. A meta da varejista é abrir, pelo menos, uma loja por ano em Minas Gerais.

As informações são da assistente de *marketing* da rede Leão da Serra, Nathalia Karini. Segundo ela, a nova unidade, inaugurada na última quinta-feira (25), possui aproximadamente 700 metros quadrados, sete *checkouts* (caixas), e emprega em torno de 55 funcionários.

Ela ressalta que a inauguração faz parte do plano de expansão da marca, que também inclui outra abertura de outra loja no bairro Milionários, também no Barreiro, prevista para setembro deste ano. Tanto a operação inaugurada na última quinta-feira como a que deve se iniciar em setembro se inserem em imóveis que eram ocupados por unidades da rede Dia Brasil.

"O nosso plano principal é a expansão da nossa marca, da nossa rede de supermercado, sempre mantendo a mesma linha de comodidade, o mesmo atendimento e a mesma variedade de produtos que nós temos em nossas lojas", afirma.

Nathalia Karini explica que a empresa já tinha planos de expandir o número de lojas até que apareceu a oportunidade de ocupar esses dois imóveis. Além disso, ela destaca que os clientes dessas duas lojas possuem o mesmo perfil do público da rede Leão da Serra. "Nós também vimos que poderíamos levar um novo modelo de loja mais sofisticado para o local. Então, isso nos levou a querer expandir para esses dois endereços", completa.

Além dessas duas operações, a rede varejista mineira também estuda a possibilidade de abrir mais uma loja no primeiro semestre de 2025, também no Barreiro, próximo à região do Vale do Jatobá. Esta seria a quinta unidade da empresa mineira, que também conta com uma loja matriz localizada no bairro Morada da Serra, em Ibirité, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A primeira loja de Belo Horizonte fica no bairro Independência, no Barreiro.

Ainda conforme Nathalia Karini, a expectativa da empresa é de crescimento nas vendas neste ano já que o desempenho das lojas, segundo ela, tem ficado dentro do esperado ou até acima. "Nós estamos tendo um excelente desempenho nas lojas atuais e agora também com a loja do bairro Itaipu", declara.

História - O Supermercado Leão da Serra foi fundado em 1997, ainda no formato de mercearia. Em menos de uma década, o então mercado Leão da Serra cresceu e se tornou um supermercado de referência na região de Ibirité. Atualmente, a rede varejista está em constante crescimento, e busca, cada vez mais, ter um relacionamento presencial com os seus clientes.

Nathalia Karini relata que a empresa vem trazendo um modelo diferente para o mercado local, focado na comodidade. A outra aposta da rede é o clube de descontos Leão da Serra, além da variedade de produtos nas lojas que incluem adega, açougue com carnes embaladas e cortes de balcão, bebidas quentes e geladas, frios e laticínios, hortifrutigranjeiros, padaria, bazar e mercearia.



A meta da varejista é abrir, pelo menos, uma loja por ano em Minas Gerais FOTO: DIVULGAÇÃO / LEÃO DA SERRA

Rede Mart Minas vai abrir mais uma loja em Betim no mês de agosto

LEONARDO LEÃO

A rede Mart Minas Atacado e Varejo irá inaugurar, no dia 13 de agosto, mais uma loja na cidade de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A unidade é a segunda da bandeira de atacarejo na cidade, e a 63ª operação no Estado.

O empreendimento está localizado no bairro Vila Cristina, em uma das vias de acesso à Via Expressa, próximo ao Mater Dei Betim-Contagem. Recentemente, a empresa chegou a abrir mais de 100 vagas de emprego para essa nova loja.

A primeira unidade da rede de atacarejo mineira em Betim foi inaugurada no final de 2022 e está localizada na avenida Edmeia Mattos Lazzarotti, no bairro Horto.

Maior rede de atacarejo de Minas - De acordo com a última edição do Ranking Abras, a companhia formada pelo Mart Minas e a rede fluminense Dom Atacadista encerrou o último exercício com faturamento bruto de R$ 9,434 bilhões, 13,4% acima do registrado em 2022.

A empresa ainda foi apontada como a maior rede de atacarejo de Minas, conforme o *ranking* deste ano. Juntas, a rede mineira e fluminense somaram 81 lojas em operação e mais de 14 mil funcionários em 2023.



CONJUNTURA

Inflação do aluguel perde força e encerra junho em 0,61%

IGP-M Indicador chegou a 1,71% no primeiro semestre e a 3,82% no acumulado de doze meses

Rio de Janeiro - O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), mais conhecido como inflação do aluguel, perdeu força na passagem de junho para julho e encerrou o mês em 0,61%. Em maio, o índice tinha registrado 0,81%. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas.

A desaceleração não significa que os preços ficaram mais baixos, mas que subiram menos dentro de um período de comparação. No acumulado de 2024, o IGP-M marca 1,71%, e no somatório de 12 meses, alcança 3,82%.

A FGV calcula o IGP-M por meio da junção de três outros índices: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que apura a evolução dos preços no atacado, ou seja, para o produtor; o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o custo da cesta de consumo das famílias; e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), que se reflete nas obras.

Os três componentes do IGP-M apresentaram desaceleração de junho para julho, apesar da desvalorização do real - que deixa produtos importados mais caros – e dos reajustes de preços administrados, como gasolina e energia.

"Destaca-se a queda expressiva nos preços dos alimentos *in natura*, tanto no índice ao produtor quanto ao consumidor. No âmbito do INCC, a alta da mão de obra foi menor, o que contribuiu para o arrefecimento da inflação neste segmento", explica o coordenador da pesquisa, André Braz.

Dentro do IPA, a perda de força da inflação foi impulsionada, principalmente, pelo subgrupo de alimentos *in natura*, cuja taxa passou de 3% para -4,43%, entre junho e julho.

No IPC, das oito classes que compõem o índice, cinco registraram desaceleração. O maior impacto veio do grupo alimentação, cuja variação passou de 0,96% em junho para -0,84% em julho.

"Dentro desta classe de despesa, é importante destacar o subitem hortaliças e legumes, que passou de 5,36% na medição anterior para -8,78% na atual", ressalta a FGV.

Doze meses - Apesar de a inflação ter desacelerado na passagem dos meses, o acumulado de 12 meses aumentou. Em junho, estava em 2,45%, variação que passou para 3,82% em julho. Isso se explica porque na base de cálculo saiu o dado de julho de 2023, que levava para o conjunto de meses uma deflação (recuo nos preços) de 0,72%.

O IGP-M é conhecido como inflação do aluguel porque serve como base para cálculo de reajuste anual de muitos contratos imobiliários. **(ABr)**

"Destaca-se a queda expressiva nos preços dos alimentos in natura, tanto no índice ao produtor quanto ao consumidor"
André Braz



Apesar da desvalorização do real, os três componentes do IGP-M desaceleram na passagem de junho para julho FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / MARA BIANCHETTI

SERVIÇOS

Confiança tem leve alta e chega a 94,2 pontos em julho

São Paulo - A confiança do setor de serviços do Brasil teve leve alta em julho, à medida que a melhora na percepção da situação atual no setor foi compensada pela piora na expectativa para os próximos meses, mostraram dados divulgados pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) subiu 0,2 ponto em julho, a 94,2 pontos, após três meses consecutivos de quedas.



Segundo a FGV, houve retomada do avanço na percepção sobre a situação presente no setor, medida pelo ISA-S FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

"O resultado de julho da sondagem ratifica o ano de perda de fôlego do setor com tendência de estabilidade na confiança. Apesar do resultado positivo em alojamento e alimentação, as expectativas esfriam nos demais setores, demonstrando cautela dos empresários quanto ao futuro dos negócios", avaliou o economista do FGV Ibre, Stéfano Pacini, em comunicado.

"Em compensação, a situação atual mostra que o setor apresenta resultados positivos no volume de demanda no período, mas apenas recuperando parte do que foi perdido no mês anterior", acrescentou.

Segundo os dados da FGV, houve retomada do avanço na percepção sobre a situação presente no setor, medida pelo Índice de Situação Atual (ISA-S), que teve alta de 1,7 ponto no mês, a 96,1 pontos.

O aumento no ISA-S se deu devido a uma alta nos dois indicadores que compõem o índice. O número sobre o volume de demanda atual subiu 2,0 pontos, a 96,6 pontos, enquanto o dado de situação atual dos negócios avançou 1,5 ponto, para 95,6 pontos.

Compensando a melhora no ISA-S, no entanto, o Índice de Expectativas (IE-S) voltou a recuar em julho após recuperação no mês anterior, caindo 1,2 ponto, a 92,5 pontos.

Seus dois indicadores tiveram direções opostas. O número da demanda prevista para os próximos três meses caiu 2,8 pontos, para 92,8 pontos, enquanto o dado de tendência dos negócios nos próximos seis meses chegou a 92,3 pontos, em alta de 0,4 ponto.

"O cenário macroeconômico de bons níveis de renda e emprego contribui, em parte, com o momento mais seguro da demanda de serviços. Por outro lado, a interrupção no ciclo de queda da taxa de juros pode estar sendo refletida na cautela em relação aos próximos meses", disse Pacini.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central iniciou sua reunião de dois dias nesta terça-feira, com o anúncio de sua decisão sobre a Selic na quarta-feira. Analistas esperam que a taxa básica de juros seja mantida em 10,50% ao ano pelo segundo encontro consecutivo. **(Reuters)**

IBGE

Preços ao produtor sobem 4,19% em doze meses

São Paulo - Os preços ao produtor no Brasil aceleraram com força e passaram a subir 1,28% em junho, de 0,36% no mês anterior, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ontem.

O resultado, quinto mês seguido de avanço, levou o Índice de Preços ao Produtor (IPP) acumulado em 12 meses a uma alta de 4,19%.

O analista da pesquisa no IBGE, Felipe Câmara, destacou a depreciação do real como "decisiva para aumentar o montante recebido em reais pelos exportadores brasileiros". Em junho, o dólar acumulou alta de 6,47% ante o real.

Entre as 24 atividades analisadas, o IBGE apontou que 19 tiveram altas de preços no mês. As quatro variações mais intensas foram registradas nas seguintes categorias:

- outros produtos químicos (3,93%);
- outros equipamentos de transporte (3,67%);
- metalurgia (2,99%) e
- fumo (2,83%).

Já entre as principais influências no índice geral, o destaque foi alimentos, com contribuição de 0,36 ponto percentual diante de um avanço de 1,48% dos preços.

"Destaque para a alta do óleo bruto de soja, com demanda aquecida tanto na esfera internacional, quanto doméstica. A demanda para produção de biodiesel esteve em alta na Ásia, ao passo que o preço para venda no Brasil ainda se ajusta frente à concorrência das cadeias derivadas domésticas", disse Câmara.

Entre as grandes categorias econômicas, os preços dos bens de capital subiram de 1,21% e os de bens intermediários avançaram 1,85%. Já os bens de consumo subiram 0,46%.

O IPP mede a variação dos preços de produtos na "porta da fábrica", isto é, sem impostos e frete, de 24 atividades das indústrias extrativas e da transformação. **(Reuters)**



LEGISLAÇÃO

Perse passa por pente-fino

SETOR DE EVENTOS **Mais de 2 mil empresas que usam benefício fiscal sem habilitação precisam regularizar a situação até a próxima sexta-feira junto à Receita Federal**

Brasília - A Receita Federal identificou que 2.339 empresas usam o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) sem habilitação para ter acesso ao benefício fiscal. O Fisco enviou correspondência eletrônica alertando essas companhias de que o prazo final para regularizarem a situação termina em 2 de agosto.

Na comunicação, a Receita recomenda a essas empresas que revejam seus registros para evitar riscos fiscais e informa que o uso indevido do benefício do Perse no pagamento de tributos poderá implicar em autuação e multa.

A obrigação da habilitação foi incluída na lei aprovada neste ano que prorrogou o Perse até 2026, mas fixou um teto de R$ 15 bilhões para o custo do programa (perda de arrecadação). Quando o teto for atingido, o programa será encerrado.

Até agora, 951 pedidos de habilitação de empresas foram negados, segundo informações da Receita obtidas pela reportagem. O órgão aprovou até agora 7.535 pedidos de habilitação. As empresas que usam os créditos sem autorização correspondem, portanto, a 31% das já aprovadas.

Os problemas no uso do Perse por empresas que não estão ainda habilitadas foram identificados por meio do cruzamento de dados da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades da Natureza Tributária (Dirbi).

Pela Dirbi, as empresas são obrigadas a informar a utilização de 16 tipos de benefícios tributários. Entre eles, o Perse. De janeiro a maio, as empresas informaram que deixaram de pagar R$ 6,05 bilhões por conta do benefício do programa.

> **"Até agora, 951 pedidos de habilitação de empresas no Perse foram negados pela Receita Federal. O órgão aprovou 7.535 pedidos de habilitação"**

Esse valor não serve, porém, como parâmetro do cálculo do teto de R$ 15 bilhões da renúncia do Perse. A contagem só começou a valer a partir de abril, prazo fixado na lei que prorrogou o benefício fiscal.

A expectativa é a de que o teto seja atingido em meados do ano que vem. Portanto, antes do prazo final do programa, segundo integrantes da Receita que acompanham o monitoramento. O Fisco terá que informar a cada bimestre o acompanhamento do teto e seguir uma série de procedimentos antes de encerrá-lo.

O Perse foi criado na pandemia da Covid-19 para socorrer as empresas do setor de eventos. A ideia do governo era acabar neste ano com o benefício. O Fisco identificou que o programa era uma porta aberta para fraudes. Mas parlamentares pressionam pela prorrogação. Após uma polêmica negociação, a lei foi aprovada e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em maio passado.

A lei reduziu de 44 para 30 o número de serviços beneficiados. O Perse garante alíquota zero para quatro tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). **(Adriana Fernandes/Folhapress)**



A Receita Federal identificou 2.339 empresas que usam o Perse sem habilitação para receber o benefício fiscal FOTO: CRÉDITO MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

TRABALHO

MEI deve se cadastrar no DET até amanhã

São Paulo - Os microempreendedores individuais (MEIs) têm prazo até amanhã para se cadastrar no Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET). Quem perder o prazo paga multa, que varia de R$ 208,09 a R$ 2.080,91.

O DET é uma nova plataforma de comunicação *on-line* entre empresas e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O registro é obrigatório para todos os empregadores, incluindo o empregador doméstico, mas as companhias maiores já estão cadastradas. Ao todo, 9 milhões devem se cadastrar.

O cadastro deve ser feito diretamente no *site* do DET. É preciso ter senha do Portal Gov.br nível prata ou ouro para se cadastrar no caso das pessoas físicas. O nível bronze não dá acesso. Quem for pessoa jurídica (PJ) pode utilizar o certificado digital (E-CPF ou e-CNPJ).

O empregador deverá iniciar o cadastro e preencher os dados solicitados. Após a atualização das informações, é possível incluir um terceiro e dar a ele acesso à plataforma, por meio do Sistema de Procuração Eletrônica (SPE). Neste caso, o cidadão poderá cadastrar contadores ou profissionais da área que precisem estar em contato com o MTE e receber as comunicações do órgão sobre as questões da empresa, que vão desde informações sobre funcionários até outros assuntos.

É necessário informar dados como *e-mail*, nome do contato, telefone, nome da empresa, endereço e cadastrar uma frase de segurança. Todos os contatos precisam estar atualizados para facilitar a comunicação.

Há, no entanto, uma caixa postal no DET, que poderá ser acessada pelo empregador. Nela, estarão informações e avisos. O MTE chegou a fazer uma campanha em junho, enviando *e-mails* para suas bases de dados de empregadores. O motivo era conscientizar da importância e da data-limite do cadastro.

O prazo para cadastro no DET era 1º de abril, mas foi prorrogado para 1º de agosto. O DET foi instituído pelo artigo 628 A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por meio da Lei 14.261, de 2021. O objetivo é informar o empregador de atos administrativos, ações fiscais, intimações e avisos em geral e receber das empresas documentação eletrônica. **(Cristiane Gercina/Folhapress)**

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL



Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 10/07/2024. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112 ,"g", do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do Anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 31

TFRM - junho- Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) - Recolhimento da TFRM relativa às saídas de recurso minerário do estabelecimento do contribuinte, no mês anterior. **Notas:**

(1) Para fins deste recolhimento considera-se, também, dia útil aquele declarado como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais pelo Poder Executivo do Estado, desde que exista, no município onde esteja localizado o estabelecimento responsável pelo pagamento, agência arrecadadora credenciada em funcionamento.

(2) Pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês seguinte ao da emissão do documento fiscal. DAE/internet, Lei nº 19.976/2011, artigo 9º; Decreto nº 45.936/2012, artigo 10, §§ 1º e 2º.

Dia 2

ICMS - julho - Contribuinte/atividade econômica: distribuidor de gás canalizado; prestador de serviço de comunicação na modalidade telefonia; gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica; indústria de bebidas; e indústria do fumo.

Notas:

(1) O recolhimento de no mínimo 90% do ICMS devido deverá ser efetuado até o dia 2 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. O ICMS restante deverá ser pago até o dia 6 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

(2) Desde 1º/05/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 199/2022, o diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural, estão sujeitos ao regime de tributação monofásica. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, I, "b 1".

ICMS - julho - Contribuinte/atividade econômica: indústrias de lubrificantes ou de combustíveis, inclusive álcool para fins carburantes, excetuados os demais combustíveis de origem vegetal. **Notas:**

(1) O recolhimento de no mínimo 90% do ICMS devido deverá ser efetuado até o dia 2 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. O ICMS restante deverá ser pago até o dia 8 do mês subsequente ao dessa ocorrência.

(2) Desde 1º/05/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 199/2022, o diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural, estão sujeitos ao regime de tributação monofásica.

(3) Desde 1º/06/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 15/2023, a gasolina e o etanol anidro combustível estão sujeitos ao regime de tributação monofásica. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, I "c", item 1 e 2.

ICMS - junho - Simples Nacional/Complementação do ICMS-ST - Recolhimento da complementação do ICMS ST, devida em razão da não definitividade da base de cálculo presumida pelo contribuinte substituído. O contribuinte deverá efetuar o recolhimento do valor devido até o dia 2 do segundo mês subsequente ao da apuração. DAE/internet, RICMS-MG/2023; anexo VII, artigo 44 e artigo 50, II.

ICMS - junho - Simples Nacional/farinha de trigo - Recolhimento do imposto relativo às operações com farinha de trigo e mistura pré-preparada de farinha de trigo prevista no RICMS-MG/2023, anexo VIII, parte 1, artigo 265, realizadas por comércio ou indústria optantes pelo Simples Nacional. Recolher até o dia 2 do segundo mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, § 7º, II, "b".

ICMS - junho - Simples Nacional/substituição tributária/diferencial e antecipação - Contribuinte inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado, em relação ao imposto correspondente à substituição tributária, diferencial de alíquotas e antecipação, informado na Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação (DeSTDA). DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, § 7º, II, "c".



FINANÇAS

FINANÇAS EM FOCO

BEATRIZ MALUF



Educadora, consultora financeira e fundadora do movimento "Sócia do meu dinheiro", um ecossistema que apoia mulheres por meio da educação financeira

Lacunas de gênero no âmbito financeiro

É possível almejar a autonomia financeira sem também conquistar a autonomia emocional? Essa é uma questão que convida a refletir sobre as complexas interações entre dinheiro e sentimentos, especialmente para as mulheres. Historicamente, foram relegadas a um papel secundário nas questões financeiras. Elas frequentemente ocupavam posições de dependência, com capacidades sempre questionadas. A dúvida persistia: seriam capazes de lidar efetivamente com suas próprias finanças?

Esse cenário de dependência financeira não se limita apenas à questão de ganhar dinheiro: também envolve a autoconfiança necessária para tomar decisões. Crescemos em uma sociedade permeada por normas, e uma delas é o "complexo de Cinderela". Um padrão psicológico, explorado pela psicóloga Colette Dowling em seu livro homônimo, sugere que algumas pessoas, principalmente mulheres, sentem-se compelidas a depender de outros - como um "príncipe encantado" - para encontrar sucesso e felicidade.

Apesar dos avanços, ainda enfrentamos desafios significativos. O gap financeiro de gênero persiste, como evidenciado pelo fato de que apenas um quarto dos investidores na bolsa de valores brasileira são mulheres, uma condição estável nos últimos dez anos, segundo dados da B3. No mercado financeiro, a presença feminina também ainda é modesta.

Para reduzir o gap de gênero no âmbito financeiro é essencial repensarmos a questão da autonomia, usando a educação financeira como instrumento de transformação. Sendo essa, uma educação mais real e incorporada à vida.

Imagine o dinheiro como uma pessoa. Essa figura não deve ser apenas uma versão estereotipada de um homem branco que transita entre a Faria Lima e Wall Street. Pelo contrário, o também deve representar a multiplicidade de mulheres que vivem, sonham e pulsam, que conduzem o lar sozinhas ou que lideram equipes, que possuem um negócio por necessidade ou as que são investidoras.

Uma educação financeira verdadeiramente transformadora nos permite observar os números como guias para nossa jornada. Questionamos o que estamos construindo e como escrevemos nossa história. O sucesso financeiro tem de ser medido pelas nossas próprias métricas, não pelas dos outros.

No projeto "Sócia do Meu Dinheiro", o ecossistema que lidero e que apoia mulheres a tomarem melhores decisões financeiras, acreditamos que a história de cada uma é a principal força para uma vida financeira mais organizada. Nossos valores se baseiam na premissa de que dinheiro é poder - poder escolher ser quem você quiser. No entanto, escolher ser quem você quiser não pode depender somente do dinheiro. %

Demanda de empresas por crédito sobe 4,3% em MG

% EMPRÉSTIMOS Indicador da Serasa Experian no Estado ficou acima da média nacional, que foi de alta de 2,6% no primeiro semestre deste ano

MARCO AURÉLIO NEVES

A demanda por crédito destinado às empresas em Minas Gerais cresceu 4,3% no primeiro semestre do ano, comparado com o mesmo período de 2023. O resultado ficou acima da média nacional, com alta de 2,6%, de acordo com dados do Indicador de Demanda das Empresas por Crédito da Serasa Experian.

O economista da Serasa, Luiz Rabi, explica os fatores que podem impulsionar as empresas na busca por crédito, no segundo semestre, como também as incertezas sobre a economia que podem arrefecer a demanda.

Na região Sudeste, o Espírito Santo fechou o semestre com o avanço mais expressivo na busca dos negócios pelo recurso financeiro, com alta de 13,4% frente ao mesmo período do ano anterior. O estado capixaba também liderou o *ranking* nacional. Em seguida, aparecem o Rio de Janeiro, com 4,7%, Minas Gerais e São Paulo, com 3,2%.

O levantamento também revelou que a procura por crédito no primeiro semestre deste ano foi maior entre as grandes empresas, com crescimento de 9,9%. Logo em seguida aparecem as companhias médias, com alta de 7,6% na demanda. Já a busca pelos recursos entre as micro e pequenas empresas (MPEs) aumentou apenas 2,4% no período.

Na análise por setores, a categoria "Demais" – que contempla empresas do segmento "Primário", "Financeiro" e do "Terceiro Setor" –, registrou alta de 9,3% na demanda semestral por crédito. Em segundo lugar ficou o setor de "Serviços", com 5%, seguido pela "Indústria", com 0% e, por fim, pelo "Comércio", com leve queda de 0,1%.



A procura por crédito foi maior entre as grandes empresas, com crescimento de 9,9% de janeiro a junho FOTO: JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

> **"A gente deve ter praticamente o mesmo desempenho do primeiro semestre, um crescimento, porém, não muito exuberante, dado que incertezas macroeconômicas ainda precisam ser resolvidas"**
> Luiz Rabi

Incertezas econômicas - O economista da Serasa aponta que a análise semestral demonstra os impactos da redução da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central (BC), que tornou os empréstimos mais acessíveis para empresas, principalmente as de grande porte, e deixou empresários mais confiantes em tomar novos créditos para impulsionar ou reestruturar seus negócios.

Sem previsão de mais reduções na Selic pelo BC nos próximos meses, Luiz Rabi explica que a demanda por crédito deve ser impulsionada pela sazonalidade do segundo semestre, tradicionalmente com demanda mais forte que o primeiro, e as empresas devem se preparar para a alta do consumo com o pagamento do 13º salário no final do ano.

Mas as incertezas quanto à condução da política monetária do País, traduzida na escolha do próximo presidente do BC pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pode segurar o ânimo das empresas em tomar novos créditos. "Isso é uma fonte significativa de incerteza que paira hoje sobre a economia e os ativos financeiros acabam refletindo isso", declara Rabi.

A recente desvalorização do real frente ao dólar também dificulta a demanda das empresas por crédito, já que afeta o custo de diversas empresas em vários setores. "A gente deve ter praticamente o mesmo desempenho do primeiro semestre, um crescimento, porém, não muito exuberante, dado que incertezas macroeconômicas ainda precisam ser resolvidas", avalia. %

% TAXA DE JUROS

Centrais sindicais fazem protesto contra manutenção da Selic em patamar elevado

São Paulo - Centrais sindicais e sindicatos de diversas categorias protestaram ontem contra a manutenção da taxa de juros do Banco Central (BC), a Selic, em patamar elevado. A manifestação foi realizada em frente ao prédio do Banco Central (BC), na avenida Paulista, região central da cidade. Intitulado "Menos Juros, Mais Empregos", o protesto também pediu a saída do presidente do BC, Roberto Campos Neto.

"A taxa de juros, no atual patamar de 10,5% ao ano, a segunda maior do planeta, é criminosa. Elimina investimento produtivo, e promove a maior transferência de riqueza dos mais pobres para os mais ricos", criticou o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre.



A manifestação dos sindicalistas foi realizada em frente ao prédio do Banco Central, na avenida Paulista FOTO: PAULO PINTO / AGÊNCIA BRASIL

Para as centrais sindicais, Campos Neto tem argumentado de maneira mentirosa para manter a taxa em patamar elevado. "Entre eles (argumentos), questões fiscais, maior equilíbrio da economia e controle da inflação. No entanto, todos os indicadores econômicos do país têm apresentado expressiva melhora desde o início de 2023, entre eles a queda da inflação e o crescimento econômico e do nível de empregos", afirmou a CUT.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, ressaltou a união entre as centrais sindicais e o fato de o protesto ter ocorrido em todas as capitais do. "Apesar da chuva em São Paulo, as centrais sindicais manifestaram sua oposição à taxa de juros existentes no país. Nós acreditamos que reduzir a taxa de juros é gerar mais empregos, alavancar a produção nacional, as indústrias e ao mesmo tempo o consumo e o comércio", disse Juruna.

Os protestos de ontem ocorrem por ocasião da reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), que define a taxa de juros no país. As reuniões do Copom são realizadas a cada 45 dias. **(ABr)** %

Ibovespa fecha o pregão com desvalorização de 0,64%

MERCADO Queda do minério de ferro e do petróleo no exterior derrubaram as ações da Vale e Petrobras, que puxaram para baixo o índice da B3

São Paulo - O Ibovespa fechou ontem em queda, com as ações da Vale e da Petrobras respondendo pelas maiores pressões de baixa na esteira da queda do minério de ferro e do petróleo no exterior, em pregão também marcado por cautela antes de decisões de juros no Brasil e nos Estados Unidos.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa caiu 0,64%, a 126.139,21 pontos, tendo marcado 126.950,76 pontos na máxima e 125.972,91 pontos na mínima do dia. O volume financeiro somou apenas R$ 17 bilhões.

Nos EUA, o Comitê de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Federal Reserve divulga comunicado sobre sua decisão de política monetária hoje, às 15h (horário de Brasília). Não se espera mudança na taxa, que está na faixa de 5,25% a 5,50% desde julho do ano passado.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, por sua vez, divulga hoje o comunicado com a sua decisão após o fechamento do mercado. Uma vez que também não há previsão de mudança na Selic, atualmente em 10,50%, o foco estará nas palavras do colegiado presidido por Roberto Campos Neto.

De acordo com o *head* de análises da Warren Investimentos, Frederico Nobre, a bolsa refletiu um movimento de realização de lucros combinado com a cautela prá-Copom e pré-Fomc, enquanto as commodities não ajudaram. "É uma certa aversão a risco, um movimento mais macro mesmo", pontuou. Apesar da segunda queda seguida, o Ibovespa ainda acumula um ganho de 1,8% no mês.

"Pouca coisa deve mudar. O Copom deve fazer um comunicado mais conservador no sentido de uma política monetária mais restritiva, mas sem dar muita direção"
André Galhardo

Dólar estável - O dólar à vista fechou ontem perto da estabilidade ante o real, após ter apresentado ganhos mais firmes pela manhã, com investidores antecipando parte da disputa pela formação da Ptax de fim de mês e à espera das decisões sobre juros do Banco do Japão, do Federal Reserve e do Banco Central do Brasil.

O dólar à vista encerrou o dia cotado a R$ 5,6197 na venda, em leve baixa de 0,10%. No mês a divisa acumula alta de 0,52%.

"Ontem (segunda-feira) o real descolou das demais moedas no exterior e subiu, mas hoje há uma pequena correção. Também já vimos movimentação em torno da Ptax", pontuou André Galhardo, consultor econômico da Remessa Online.

Taxa de câmbio calculada pelo Banco Central com base nas cotações do mercado à vista, a Ptax serve de referência para a liquidação de contratos futuros.



Apesar da nova retração, o Ibovespa acumula alta de 1,8% no mês FOTO: AMANDA PEROBELLI / REUTERS

A quarta-feira terá ainda a decisão do Banco do Japão -- aguardada com ansiedade pelo mercado de câmbio, já que a apreciação do iene nas últimas semanas tem servido de motivo para o avanço do dólar ante várias divisas de emergentes, como o real.

Hoje à noite será a vez de o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC anunciar sua decisão sobre a taxa básica Selic. "Acredito que pouca coisa deve mudar. O Copom deve fazer um comunicado mais conservador no sentido de uma política monetária mais restritiva, mas sem dar muita direção", opinou Galhardo. **(Reuters)** %

Indicadores Econômicos

Dólar

		30/07/2024	29/07/2024	26/07/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,6170	R$ 5,6250	R$ 5,6570
	VENDA	R$ 5,6170	R$ 5,6260	R$ 5,6580
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,6526	R$ 5,6473	R$ 5,6459
	VENDA	R$ 5,6532	R$ 5,6479	R$ 5,6465
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6680	R$ 5,6710	R$ 5,6950
	VENDA	R$ 5,8480	R$ 5,8510	R$ 5,8750

Fonte: BC

Inflação

Índices	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	1,10%	2,45%
IPC-Fipe	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	1,87%	2,97%
IGP-DI (FGV)	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	1,11%	2,88%
INPC-IBGE	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	2,68%	3,70%
IPCA-IBGE	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	2,48%	4,23%
IPCA-IPEAD	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	5,06%	6,97%

TR/Poupança

23/06 a 23/07	0,0652	0,5655
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712

Ouro

	30/07/2024	29/07/2024	26/07/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.410,76	US$ 2.384,09	US$ 2.387,03
BM&F-SP (g)	R$ 433,81	R$ 431,42	R$ 432,96

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24
UPC (R$)	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50

Reservas Internacionais

29/07.. US$ 362.121 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,8087	0,8241
COLON/COSTA RICA	35	0,3623	0,3647
COLON/EL SALVADOR	40	0,01073	0,01081
COROA DINAMARQUESA	55	0,8187	0,8189
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04084	0,0409
COROA NORUEGUESA	65	0,5149	0,5152
COROA SUECA	70	0,5238	0,524
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5389	1,5392
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6934	3,6944
DOLAR/BAHAMAS	155	5,6526	5,6532
DOLAR CANADENSE	165	4,0813	4,0823
DOLAR DA GUIANA	170	0,02685	0,02718
DOLAR CAYMAN	190	6,7696	6,8524
DOLAR CINGAPURA	195	4,2061	4,2091
DOLAR HONG KONG	205	0,7235	0,7236
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8281	0,8389
DOLAR DOS EUA	220	5,6526	5,6532
FORINT/HUNGRIA	345	0,01545	0,01546
FRANCO SUICO	425	6,385	6,3864
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007449	0,0007463
IENE	470	0,03677	0,03677
LIBRA/EGITO	535	0,1166	0,1168
LIBRA ESTERLINA	540	7,25	7,2525
LIBRA/LIBANO	560	0,0000631	0,0000632
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004347	0,0004349
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1718	0,172
NOVO SOL/PERU	660	1,5131	1,5143
PESO ARGENTINO	665	0,06749	0,06755
PESO CHILE	715	0,005901	0,005905
PESO/COLOMBIA	720	0,001383	0,001383
PESO/CUBA	725	0,2355	0,2356
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09483	0,09564
PESO/FILIPINAS	735	0,09646	0,0965
PESO/MEXICO	741	0,3008	0,301
PESO/URUGUAIO	745	0,1402	0,1403
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7284	0,7304
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002684	0,0027
RENMINBI HONG KONG	796	0,779	0,7792
RIAL/CATAR	800	1,5497	1,5506
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,5067	1,5069
RINGGIT/MALASIA	828	1,2222	1,2236
RUBLO/RUSSIA	830	0,06588	0,06589
RUPIA/INDIA	860	0,06752	0,06754
WON COREIA SUL	930	0,004081	0,004082
EURO	978	6,1093	6,1111

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.
Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

17/07	0,01365639	3,04812311
18/07	0,01365696	3,04825052
19/07	0,01365754	3,04838015
20/07	0,01365781	3,04843943
21/07	0,01365781	3,04843943
22/07	0,01365781	3,04843943
23/07	0,01365823	3,04853405
24/07	0,01365880	3,04866079
25/07	0,01365935	3,04878462
26/07	0,01365991	3,04891012
27/07	0,01366019	3,04897093
28/07	0,01366019	3,04897093
29/07	0,01366019	3,04897093
30/07	0,01366062	3,04906731
31/07	0,01366106	3,04916471

Fonte: Fenaseg

TBF

21/07 a 21/08	0,8087
22/07 a 22/08	0,8457
23/07 a 23/08	0,8461
24/07 a 24/08	0,8470
25/07 a 25/08	0,8105
26/07 a 26/08	0,7737

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

Dia 31

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.07.2024.
Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração mensal - Pagamento do Imposto de Renda devido no mês de junho/2024 pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do imposto por estimativa (art. 5º da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração trimestral - Pagamento da 1ª quota do Imposto de Renda devido no 2º trimestre de 2024, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral com base no lucro real, presumido ou arbitrado (art. 5º da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido sobre ganhos líquidos auferidos no mês de junho/2024, por pessoas jurídicas, inclusive as isentas, em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, bem como em alienações de ouro, ativo financeiro, e de participações societárias, fora de bolsa (art. 923 do RIR/2018).
Darf Comum (2 vias)

IRPJ/Simples Nacional - Ganho de Capital na alienação de Ativos - Pagamento do Imposto de Renda devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional incidente sobre ganhos de capital (lucros) obtidos na alienação de ativos no mês de junho/2024
(art. 5º, § 6º, da Instrução Normativa SRF nº 608/2006) - Cód. Darf 0507.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de junho/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos - Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos no mês de junho/2024 provenientes de (art. 915 do RIR/2018):
a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600;
b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados, bem como em alienação de ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, no mês de junho/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 6015.
Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração mensal - Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro devida, no mês de junho/2024, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração trimestral - Pagamento da 1ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro devida no 2º trimestre de 2024 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

Refis/Paes - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 9.964/2000; e pelas pessoas físicas e jurídicas optantes pelo Parcelamento Especial (Paes) da parcela mensal, acrescida de juros pela TJLP, conforme Lei nº 10.684/2003.
Darf Comum (2 vias)

Refis - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 11.941/2009.
Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - Profut (Parcelamento de débitos junto à RFB e à PGFN) - Pagamento da parcela mensal, acrescida de juros da Selic e de 1% do mês de pagamento, decorrente do parcelamento de débitos das entidades desportivas profissionais de futebol, nos termos da Lei nº 13.155/2015 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.340/2015.



VARIEDADES

Congados e reinados serão Patrimônio Cultural e Imaterial

CLÁUDIA DUARTE, Editora

O Festival Cozinha das Afromineiridades: Congados e Reinados promete ser uma celebração às raízes afromineiras da cultura alimentar do Estado e será promovido nesta sexta-feira (2) e também no sábado (3). A programação gratuita do festival será no Palácio da Liberdade, e o Estado se prepara para declarar os congados e reinados como Patrimônio Cultural e Imaterial de Minas Gerais.

Representantes dessas expressões de todas as regiões vão participar de diversas ações, como bate-papo, cortejo, cozinha viva, oficina e apresentações culturais. Na manhã deste sábado (3) é que será realizada a reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep), quando será apresentado o dossiê sobre congados e reinados de Minas Gerais. Após a apresentação do documento, organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), os integrantes do conselho vão deliberar sobre o reconhecimento dessas expressões como patrimônio cultural.

Toda a programação foi detalhada ontem pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult) e Iepha. Foram anunciados também dois editais, no valor total de cerca de R$ 4 milhões, voltados para as culturas tradicionais e populares de Minas Gerais, por meio do Descentra Cultura – Fundo Estadual de Cultura, um deles exclusivo para a participação das mulheres. Trata-se do Prêmio Rainha Conga, que destinará 65 prêmios de R$ 20 mil, totalizando R$ 1,3 milhão. O outro edital é o Prêmio Afromineiridades – neste caso, serão 65 prêmios de R$ 40 mil, totalizando R$ 2,6 milhões.

"O Prêmio Afromineiridaddes é voltado para todos os detentores do patrimônio imaterial, dos modos de fazer, de saber, ofícios e celebrações, e o edital Rainha Conga, voltado apenas para as detentoras da cultura e das artes do nosso estado. Estamos muito felizes com esse anúncio, estamos trazendo algo muito importante que é o reconhecimento tanto das mulheres quanto da expressão cultural", comenta a subsecretária de Cultura de Minas Gerais, Nathalia Larsen.


Congados e reinados fazem parte da tradição cultural de Minas Gerais e registro oficial vai garantir que se mantenham vivos FOTO: CONSUELO DE ABREU / SECULT

Conep - Parte da reunião do Conep será transmitida pelo canal oficial do Iepha no YouTube (*youtube.com/@TVIephaMG*). Os ternos e guardas de congados e reinados vão acompanhar a transmissão no Palácio das Artes. Após a votação, cerca de 1.500 congadeiros de mais de 30 ternos de congados e reinados, cada um com seus cantos, tambores e indumentárias que expressam semelhanças e singularidades, seguirão em cortejo em direção ao Palácio da Liberdade, onde continuará a programação do Cozinha das Afromineiridades.

> **"Festival Cozinha das Afromineiridades: Congados e Reinados promete ser uma celebração às raízes afromineiras da cultura alimentar"**

Com a chegada do cortejo, será erguida a histórica bandeira de Nossa Senhora do Rosário, na frente do Palácio. Ao lado, será exibida também a bandeira de ferro fundido de Ouro Preto, que possui mais de 200 anos. Produzida com técnicas africanas, foi encontrada na Capela de Nossa Senhora das Necessidades em 2020.

O secretário da Secult-MG, Leônidas de Oliveira, ressalta que preservar as culturas populares e tradicionais de forma ampla, técnica e livre tem sido meta do governo de Minas Gerais por meio do Iepha-MG. "Elemento de resistência, fé e arte, as festividades, originalmente nascidas a partir dos modos de vida dos povos negros mineiros, possuem ainda profundos valores de coesão social e pertencimento. Violas, violões, tambores, mastros, cantorias e rezas marcam a tradição e festejos nas nossas ruas e igrejas. A preservação das culturas afromineiras possui ainda outra vertente: a afirmação da potência dos povos negros na nossa formação cultural e o combate a discriminação e ao racismo", explicou. %


Iepha-MG trabalhou na catalogação e pesquisas sobre as duas expressões culturais desde 2021 FOTO: DIVULGAÇÃO / SECULT



Ontem houve apresentação durante o lançamento do Cozinha Afromineiridades: Congados e Reinados FOTO: ISA OLIVEIRA-IEPHA-MG

Feira vai ocupar interior e jardins do Palácio da Liberdade

O Cozinha das Afromineiridades começa na sexta-feira, às 17h, com a Feira Afro, que vai ocupar o interior e os jardins do Palácio da Liberdade com barracas de alimentos produzidos por integrantes de congados e quilombos mineiros. A partir das 19h, haverá a roda de conversa "Vivência com a Rainha Conga de Minas Gerais", tendo a Rainha Belinha como convidada. Presidente da Guarda Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário, ela falará do reconhecimento da cultura dos congados e reinados como patrimônio histórico.

No sábado (3), a feira será das 9h às 22h. A programação tem ainda oficinas, show da banda Congadar, que funde os ritmos do congado ao rock em suas composições. Estão previstas também duas cozinhas vivas a serem ministradas por representantes da Comunidade Quilombola dos Arturos, de Contagem, na região metropolitana. Serão distribuídos 1.500 pratos para degustação de quem estiver no local e para os congadeiros participantes do evento. Às 18h, será realizado o ritual de descimento do Mastro.

Registro - Desde 2021, o Iepha vem trabalhando na catalogação e pesquisa sobre os reinados e congados. O documento a ser apresentado ao Conep ressalta a importância histórica, social e cultural dessas expressões culturais e define ações de salvaguarda para proteção das tradições. os congados e reinados para o estado, e define ações de salvaguarda para a proteção dessas tradições.

"O Iepha recebeu mais 900 cadastros de guardas ou ternos de Reinados e Congados de todas regiões de Minas, mas o número de grupos é maior, visto que muitos cadastros foram realizados descrevendo mais de um grupo. O registro como Patrimônio Cultural vai garantir que essa cultura se mantenha viva por meio de ações, baseadas em demandas dos próprios detentores culturais e ancoradas em quatro eixos da salvaguarda: transmissão da tradição e valorização; gestão participativa e sustentabilidade; apoio e fomento; promoção e difusão", explicou o diretor de Proteção e Memória do Iepha, Adriano Maximiano da Silva.

Rainha Belinha, Rainha Conga de Minas Gerais e Rainha das Guardas de Moçambique e Congo 13 de Maio, no bairro Concórdia, em BH, falou da importância do reconhecimento de sua cultura: "Tudo isso nos faz muito felizes. Estamos colhendo os frutos que os nossos tatas plantaram. Minha vó foi raiz, minha mãe foi tronco e eu sou fruto, e fruto semeia. É um reconhecimento maravilhoso pelo que nossos tatas fizeram na construção de Belo Horizonte e de Minas Gerais". **(CD, com informações da Secult)** %

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

Bolsas de estudo para Direito da Mineração

O Comitê de Diversidade e Inclusão (D&I) do William Freire Advogados Associados –WFAA e o Instituto Brasileiro de Direito Minerário (IBDM) promovem o projeto Trilhas e oferecem bolsas de estudo integrais para o curso de pós-graduação em Direito da Mineração. O curso será realizado pelo Centro de Estudos em Direito e Negócios (Cedin) e coordenado pelos sócios do WFAA. As bolsas serão destinadas a mulheres autodeclaradas pardas e pretas e que tenham sido selecionadas no processo seletivo. Quem tiver interesse na área, cumprir os pré-requisitos e queira se especializar pode inscrever-se no projeto, que possui vagas limitadas. O curso será oferecido tanto na modalidade *on-line* quanto presencial. Para fazer a inscrição é só acessar o seguinte link: *https://gem.godaddy.com*. A data-limite é até esta quinta-feira (1º de agosto).

"Vumbora" em BH

O Bloco Vumbora desembarca em Belo Horizonte, neste sábado (3), a partir das 14 horas, no UniBH Campus Buritis, para celebrar 10 anos de bloco, sucesso no carnaval de Salvador. O Vumbora é um dos principais blocos e um dos mais procurados e cobiçados do carnaval da capital baiana, que desde 2014 desfila no circuito Barra-Ondina. A capital mineira se prepara para ter o melhor carnaval fora de época. O bloco Vumbora traz para BH um circuito indoor, com trios elétricos, abadá, com toda a alegria de uma micareta. Serão oito horas de folia atrás do trio elétrico, com grandes nomes do carnaval baiano: Bell Marques (foto), Durval Lelys, o cantor Tuca Fernandes, e os irmãos Rafa e Pipo, cada um puxando o seu trio. Os ingressos estão sendo vendidos pela plataforma *Sympla* a partir de R$ 170.


FOTO: DIVULGAÇÃO / FABIO CUNHA

Mais uma Feirinha Aproxima

A próxima edição da Feirinha Aproxima, intitulada "Volta ao Mundo", será também neste sábado (3), nos jardins internos da Casa Fiat de Cultura (no Circuito Cultural Liberdade), em BH, de 10h às 17h. Nesta edição especial, o público é convidado a embarcar em uma viagem gastronômica que celebra a diversidade e a riqueza cultural de mais de 10 países. Os visitantes terão a oportunidade de saborear pratos típicos do Brasil; Líbano; Tailândia; EUA; Chile; Itália; Índia; México; Alemanha; Japão; Reino Unido; França e República Dominicana. O evento contará com uma programação cultural, incluindo danças típicas, show ao vivo, entre outras atividades. A entrada é gratuita.